

# **INFORMS**

**INFORMATIVO  
MERCOSHIPING**

**RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO**

**Edição 059/2021  
Data: 22/04/2021**

## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>4</b>
ANTAQ QUER SABER IMPACTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO PORTO DE SANTOS .....	4
TECNOLOGIA REDUZIRÁ CUSTOS EM 10% .....	5
SECRETÁRIO DE PORTOS ANALISA INFRA WEEK .....	6
<b>ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS</b> .....	<b>6</b>
MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA NO ARCO AMAZÔNICO CRESCE 1,1% NO PRIMEIRO BIMESTRE DE 2021 .....	6
<b>PORTAL PORTO GENTE</b> .....	<b>7</b>
FIESP INTEGRA OFICIALMENTE CAMPANHA VOU DE TÚNEL.....	7
ENTREVISTA - OS DESAFIOS PARA SUPRIR A FALTA DE GRÃOS .....	8
OS DESAFIOS DA DESESTATIZAÇÃO DA CODESA .....	10
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP</b> .....	<b>11</b>
PORTO DE PELOTAS COMEMORA NESTE MÊS DE MARÇO A MAIOR MOVIMENTAÇÃO DA SUA HISTÓRIA .....	11
CDRJ REGISTRA CRESCIMENTO DE 37,1% NO 1º TRIMESTRE .....	11
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF</b> .....	<b>12</b>
MARCELLO COSTA: MÍNFRÁ TRABALHA PARA TRANSFORMAR A SEGURANÇA VIÁRIA DO PAÍS .....	12
<b>ISTOÉ - DINHEIRO</b> .....	<b>12</b>
BOLSONARO SANCIONA PROJETO QUE MUDA LDO E VIABILIZA ORÇAMENTO DE 2021 .....	12
PRESIDENTE CHINÊS PARTICIPARÁ DE CÚPULA VIRTUAL SOBRE O CLIMA ORGANIZADA POR BIDEN .....	13
<b>MONEYTIMES</b> .....	<b>14</b>
SENADO DEVERÁ DEDICAR PRIMEIRA QUINZENA DE MAIO A PAUTA ECONÔMICA, DIZ LÍDER DA MINORIA .....	14
EUA: WALL STREET FECHA EM QUEDA COM NOTÍCIAS DE PROPOSTAS TRIBUTÁRIAS DE BIDEN .....	15
PETRÓLEO FECHA ESTÁVEL COM PROBLEMAS NA LÍBIA COMPENSANDO RISCOS NA DEMANDA .....	16
<b>NE10 – RECIFE - PE</b> .....	<b>17</b>
PERNAMBUCO RECEBEU PARTE DOS R\$ 78 BILHÕES QUE UNIÃO ENTREGOU AOS ESTADOS PARA GASTOS COM A COVID-19 ..	17
SAIBA QUANTO E COM O QUE PERNAMBUCO GASTOU COM A PANDEMIA DA COVID-19 .....	18
<b>COMEX DO BRASIL</b> .....	<b>19</b>
AGRONEGÓCIO TEM COMO DESAFIO AMPLIAR EXPORTAÇÕES AOS PAÍSES ÁRABES DE PRODUTOS COM MAIOR VALOR AGREGADO .....	19
<b>AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS</b> .....	<b>21</b>
MERCADO APOSTA EM INTERESSE DA MUBADALA POR ATIVOS DA BRASKEM .....	21
VENDA DIRETA DO ETANOL TEM PARECER FAVORÁVEL NA CCJ .....	23
WHITE MARTINS E COMPLEXO DO PECÉM FIRMAM PARCERIA PARA HUB DE HIDROGÊNIO VERDE .....	24
BRASIL REVISAR META DE EMISSÕES DE CARBONO E PROMETE NEUTRALIDADE ATÉ 2050.....	25
<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>27</b>
MIGRAÇÃO DE SERVIDORES PARA UNIÃO PODE LEVAR A GASTO EXTRA DE ATÉ R\$ 560 MILHÕES ESTE ANO .....	27
BOLSONARO SANCIONA PROJETO QUE DESTRAVA ORÇAMENTO E REEDIÇÃO DA MP 936 E PRONAMPE .....	30
5G: ANTES DO LEILÃO, GOVERNO FAZ MAPA DE PAÍSES QUE RESTRINGEM A ATUAÇÃO DA CHINA NO SETOR DE TELECOM.....	31
ITA TRANSPORTES AÉREOS JÁ CONSUMIU MAIS DE R\$ 27 MILHÕES DO CAIXA DA VIAÇÃO ITAPEMIRIM .....	33
BRASIL JÁ GANHOU MAIS 30 ‘MARACANÃS’ EM GALPÕES LOGÍSTICOS EM 2021 COM E-COMMERCE AQUECIDO .....	34
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>35</b>
UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS VÃO TER R\$ 11 BI DE REFORÇO NOS CAIXAS EM 2022 COM LEILÕES DO PRÉ-SAL .....	35
GOVERNO SUSPENDE ALÍQUOTA DE IMPORTAÇÃO DE MILHO E SOJA ATÉ O FIM DO ANO .....	36
<b>VALOR ECONÔMICO (SP)</b> .....	<b>37</b>
JAPÃO PROMETE CORTAR 46% DAS EMISSÕES DE GASES-ESTUFA ATÉ 2030 .....	37
HIDROVIAS DO BRASIL DIVULGA PROJEÇÕES PARA 2021 .....	38
CARGILL E GRUPO LOVE’S UNEM-SE PARA PRODUZIR DIESEL RENOVÁVEL NOS EUA .....	39
PROJETO QUE CRIA A ‘BR DO MAR’ DEVE PERDER URGÊNCIA NO SENADO .....	39
ANP APROVA EDITAL E O MODELO DO CONTRATO DA 17ª RODADA.....	40
PRODUÇÃO MINERAL DO BRASIL SOBE 15% NO 1º TRI E MINERADORAS FATURAM 95% A MAIS .....	40



<b>JORNAL DIA DIA - SP</b> .....	<b>41</b>
MEIO AMBIENTE FOI TEMA DE REUNIÃO ENTRE EMPRESÁRIOS E MINISTROS SALLES E TEREZA CRISTINA .....	41
<b>AGÊNCIA BRASIL - DF</b> .....	<b>42</b>
ANVISA AUTORIZA USO EMERGENCIAL DE COQUETEL CONTRA A COVID-19 .....	42
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS</b> .....	<b>43</b>
INTERDIÇÃO DE TERMINAL DA VALE FOI 'ARBITRÁRIA E IRRESPONSÁVEL', AVALIA INEA .....	43
TERMINAL ILHA DA GUAÍBA É INTERDITADO E MULTADO EM MANGARATIBA (RJ) .....	45
CDRJ REGISTRA CRESCIMENTO DE 37,1% NO PRIMEIRO TRIMESTRE .....	46
MAERSK DRILLING OBTÉM CONTRATO DE INTERVENÇÃO DE QUATRO POÇOS NO BRASIL .....	47
SHELL TESTA CÉLULA DE COMBUSTÍVEL DE HIDROGÊNIO EM RO-RO EM CINGAPURA .....	47
EUA SE UNEM AO ESFORÇO GLOBAL PARA DESCARBONIZAR A INDÚSTRIA DE NAVEGAÇÃO .....	48
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA</b> .....	<b>48</b>
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS .....	48



## A TRIBUNA DIGITAL (SP)

### ANTAQ QUER SABER IMPACTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO PORTO DE SANTOS

Agência realiza licitação para contratar, até o fim do mês, uma empresa especializada nesse campo  
*Por: Fernanda Balbino*



[https://www.atribuna.com.br/storage/Noticias/Porto\\_ & Mar/img2141868511182.png](https://www.atribuna.com.br/storage/Noticias/Porto_&Mar/img2141868511182.png)

*Ressaca no canal do Porto de Santos: eventos extremos são ameaças Foto: Vanessa Rodrigues/AT*

Analisar os impactos das mudanças climáticas na infraestrutura portuária e identificar quais as intervenções necessárias para amenizar esses reflexos são as novas tarefas da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o órgão regulador do

setor. Para isso, ela realiza uma licitação para contratar, até o fim do mês, uma empresa especializada nesse campo.

A abertura do pregão eletrônico aconteceu no dia 6. Até agora, sete firmas já apresentaram propostas para realizar o serviço. Segundo a agência reguladora, entre as principais ameaças climáticas para os portos do Brasil, estão a ocorrência de eventos extremos, como tempestades, ressacas e vendavais (dificultando ou impossibilitando a navegação e danificando infraestruturas), e o aumento do nível do mar (que amplia o desgaste das construções e a necessidade de dragagem, além de inundar pátios e acessos).

O levantamento deve contemplar uma análise detalhada dos dados operacionais dos portos e um histórico de danos e prejuízos causados por eventos climáticos, a ser fornecido por cada complexo. O estudo ainda incluirá uma descrição das infraestruturas – canais de acesso, bacias de evolução, quebra-mares e berços de atracação – e superestruturas portuárias – equipamentos para movimentação de cargas e armazéns – afetadas, além das ameaças climáticas que originaram o sinistro e a data da ocorrência.

A pesquisa ainda envolverá uma análise do risco climático, identificando o nível de perigo a que cada estrutura portuária está sujeita. “A abordagem adotada deve levar em consideração uma matriz de risco que descreve a relação entre a probabilidade de ocorrência de uma determinada ameaça climática com o grau de severidade que ela impacta a infraestrutura”, diz o termo de referência do edital.

Também haverá estudos de ocorrências das ameaças climáticas para o clima atual e clima futuro. “A partir do levantamento das variáveis climáticas para cada porto selecionado, deve-se identificar os limiares que causaram danos, por exemplo, chuva acima de 100 milímetros, ventos acima de 10 metros por segundo. Para tal, deve-se comparar as datas de ocorrência de danos com a série histórica das variáveis climáticas”.

Levantar o nível de severidade com que as infraestruturas portuárias são afetadas pelas ameaças climáticas é outro objetivo do estudo. A empresa contratada deverá oferecer uma lista de infraestruturas, contendo estado de conservação, frequência de manutenção, interação com a ameaça climática e o grau de severidade com que cada ameaça climática a afeta. Esse índice vai do leve – que significa que, após o sinistro climático, essa infraestrutura necessita de manutenção rápida, sem afetar sua operação – até o catastrófico – com a perda total da estrutura.

#### Risco

A análise de risco climático considera dois fatores: a probabilidade de ocorrência da ameaça climática e o nível de severidade que a infraestrutura pode sofrer com esta ocorrência. Serão considerados aspectos operacionais e estruturais e até cinco ameaças climáticas.

Essa avaliação deverá considerar as medidas já realizadas e as que podem ser feitas, além do custo e da eficácia de cada ação. O tempo e a dificuldade de implementação também devem ser informados, assim como barreiras à ação, que incluem custos, falta de informação ou controles.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 22/04/2021*

## TECNOLOGIA REDUZIRÁ CUSTOS EM 10%

Projeção consta do Plano Nacional de Logística (2020-2035), tema de webinar realizado pelo Ministério da Infraestrutura ontem

*Por FERNANDA BALBINO - DA REDAÇÃO*



[https://www.tribuna.com.br/storage/Noticias/Porto\\_Mar/img2141725911296.png](https://www.tribuna.com.br/storage/Noticias/Porto_Mar/img2141725911296.png)

*Webinário para debater o PNL 2020-2035 teve a participação do ministro Tarcísio Gomes de Freitas (no alto, à esquerda) e de executivos da pasta da Infraestrutura Foto: Vanessa Rodrigues/AT*

Os complexos portuários brasileiros vão receber até R\$ 21,7 bilhões em investimentos até 2035. Além disso, os custos portuários devem cair em 10% a partir de investimentos em tecnologia nos portos organizados. Esses dados integram o Plano Nacional de Logística - PNL (2020-2035), que está aberto para consulta pública até o próximo dia 30.

Ontem, parte dos dados foi apresentada em um webinar promovido pelo Ministério da Infraestrutura, em parceria com a Empresa de Planejamento e Logística (EPL, controlada pela pasta). Os estudos, que devem ser totalmente apresentados em julho, destacam as projeções de movimentação de carga a partir das análises de origens e de destino, além dos diversos cenários previstos para a economia nos próximos anos.

Esses levantamentos também incluem projetos que devem ser executados em parceria com a iniciativa privada e os que devem ser viabilizados com recursos públicos. “É um plano denso, multimodal e uma excelente ferramenta de trabalho, norteadora da elaboração da política pública de transportes e dos próximos orçamentos da União”, afirmou o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

Segundo o gerente de Pesquisa e Desenvolvimento Logístico da EPL, Leandro Silva, os portos vão receber investimentos em tecnologia, que serão fundamentais para o aumento da produtividade e a redução de custos. A estimativa é de que a movimentação de cargas nos complexos portuários da região Sudeste cresça em torno de 25%, enquanto a do Nordeste avance cerca de 90% até 2035.

“Os portos estão cada vez investindo mais na eficiência, em tecnologia, como internet das coisas, Bigdata, aprendizagem de máquinas. E tudo isso faz com que o porto melhore a gestão e consiga rever demandas esporádicas, a demanda de qualquer um dos elementos de funcionamento, seja armazenamento, operação ou embarque. O aumento da eficiência causado por tecnologia tende a gerar redução de custos”, afirmou o executivo da EPL.

A diferença está relacionada à consolidação dos portos. Santos, por exemplo, já concentra boa parte da movimentação. Já os complexos nordestinos tendem a modernizar suas operações e ampliá-las, a partir do aumento da cabotagem e da utilização do transporte ferroviário.

Com relação às ferrovias, os investimentos devem somar R\$ 106,9 bilhões até 2035. Segundo Silva, as operações ferroviárias, de cabotagem e hidroviárias, juntas, podem representar acima de 45% da divisão modal brasileira nos próximos 14 anos.

“O modal ferroviário tem crescimento significativo, mesmo no cenário menos favorável, acima de 109% acumulado de 2020 até 2035, podendo chegar a 134%. A cabotagem deve crescer de 42% a 71% até 2035. Quando a gente considera o cenário da BR do Mar, verificou-se que isso tende a causar uma redução de custos do transporte de cabotagem de 15% em relação ao custo operacional atual”, afirmou o gerente da EPL.

### EFICIÊNCIA

**“Os portos estão cada vez investindo mais na eficiência, em tecnologia, como internet das coisas, Bigdata, aprendizagem de máquinas. (...) O aumento da eficiência causado por tecnologia tende a gerar redução de custos”.**

**Leandro Silva**  
**gerente de Pesquisa e**  
**Desenvolvimento Logístico da EPL**

### Consulta

De acordo com o presidente da EPL, Arthur Luis Pinho de Lima, o PNL inclui uma análise detalhada do setor de transportes para detectar entraves e demandas de melhorias. “Esse plano permite identificar as necessidades e oportunidades para o desenvolvimento de uma rede de infraestrutura, de forma a incentivar a redução de custos, aumentar a acessibilidade de transportes e melhorar o nível de serviço para os usuários”. O PNL está disponível para consulta pública neste site (clique aqui) até o final deste mês.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**  
**Data: 21/04/2021**

### SECRETÁRIO DE PORTOS ANALISA INFRA WEEK

Piloni falará sobre os leilões de ativos do Ministério da Infraestrutura

#### DA REDAÇÃO

Os resultados da Infra Week, semana ocorrida no início do mês e na qual o Ministério da Infraestrutura fez o leilão de 28 ativos (ferrovias, aeroportos e terminais portuários), serão analisados pelo secretário nacional de Portos da pasta, Diogo Piloni, na edição de hoje do programa Porto 360°, que vai ao ar às 19h45 nas redes sociais (Facebook e You Tube) do Grupo Tribuna.

O Porto360° é apresentado por Maxwell Rodrigues.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**  
**Data: 21/04/2021**



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

### ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

#### MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA NO ARCO AMAZÔNICO CRESCE 1,1% NO PRIMEIRO BIMESTRE DE 2021

Foram movimentados no período 51,2 milhões de toneladas

A movimentação portuária das instalações que compõem o Arco Amazônico foi de 51,2 milhões de toneladas no primeiro bimestre de 2021. Esse número representou um crescimento de 1,11% em

comparação com igual período de 2020. As informações foram dadas pelo diretor da ANTAQ, Adalberto Tokarski, durante o evento virtual Norte Export – Fórum Regional de Logística e Infraestrutura Portuária. Tokarski palestrou sobre a importância do arco amazônico para o comércio exterior brasileiro na segunda-feira (19).

Conforme as estatísticas apresentadas pelo diretor, os portos privados responderam pela movimentação de 42,9 milhões de toneladas nos dois primeiros meses do ano – 83,9% do total. Isso representou um crescimento de 0,8% em relação ao mesmo período de 2020. Já os portos públicos movimentaram 8,2 milhões de toneladas (16,1%) – um crescimento de 2,76%. O Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (MA) foi a instalação portuária que mais movimentou no período analisado: 28,3 milhões de toneladas: aumento de 3,35%.

O Arco Amazônico contempla os complexos portuários de Porto Velho (RO), Manaus/Itacoatiara (AM), Santarém (PA), Itaituba/Miritituba (PA), Belém/Vila do Conde (PA), Santana (AP) e Itaqui (MA). “É um conjunto de infraestruturas que possibilitam o escoamento da produção pelos portos da Região Amazônica”, detalhou o diretor da ANTAQ.

### Instalações Autorizadas

O diretor da ANTAQ apresentou também o número de instalações portuárias autorizadas pela Agência que estão localizadas no Arco Amazônico (AM, AP, MA, PA, RO). São 92 instalações. No restante do país, são mais 149.

### Categoria

Infraestrutura, Trânsito e Transportes

**Fonte:** ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

**Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

**Fone:** (61) 2029-6520

**FAX:** (61) 2029-6517

**E-mail:** [asc@antaq.gov.br](mailto:asc@antaq.gov.br)

**Data:** 22/04/2021

# Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

## PORTAL PORTO GENTE

### FIESP INTEGRA OFICIALMENTE CAMPANHA VOU DE TÚNEL

**Assessoria de Comunicação**

*Federação se une ao pool de empresas e associações que defendem o túnel imerso como melhor alternativa para ligação seca às margens do Porto de Santos*



[https://portogente.com.br/images/T%C3%BAnel\\_Dad.jpg](https://portogente.com.br/images/T%C3%BAnel_Dad.jpg)

**Túnel Dad**

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) ingressou oficialmente, nesta terça-feira (20/4), na Campanha Vou de Túnel, que defende o projeto do túnel imerso entre Santos e Guarujá como a única opção viável para a ligação seca entre os municípios e para o

desenvolvimento da operação portuária no Porto de Santos. A logomarca da federação foi incluída no site da campanha ([www.voudetunnel.com.br](http://www.voudetunnel.com.br)) ao lado das mais de 40 empresas e associações de classe que apoiam o movimento.

O ex-presidente da Autoridade Portuária de Santos (SPA) e porta-voz da Campanha Vou de Túnel, Casemiro Tércio Carvalho, considera o apoio de entidades relevantes como a Fiesp importante para o avanço do projeto que irá beneficiar tanto à comunidade local, com geração de empregos e melhoria na qualidade de vida, quanto à operação portuária.

O engenheiro naval destaca que, no início de abril, a SPA abriu chamamento público para receber estudos sobre o traçado do túnel. Segundo ele, a medida representa mais uma sinalização de avanço do projeto do túnel imerso como a alternativa ideal para resolver o gargalo da mobilidade urbana na região da Baixada Santista e promover o incremento dos negócios no Porto de Santos, já que a obra não cria obstáculos físicos no canal de navegação e permite a chegada da próxima geração de navios no maior porto da América Latina.

“O ingresso da Fiesp como apoiadora da Campanha Vou de Túnel e o recente lançamento do chamamento público para os estudos sobre o modal são demonstrações claras de que estamos no caminho certo para solucionar uma demanda histórica da comunidade local e do setor portuário, além de impactar positivamente a economia nacional com o desenvolvimento do principal porto brasileiro”, analisa.

O presidente da Fiesp, Paulo Skaf destaca que a ligação seca é discutida há décadas e, segundo ele, trata-se de uma obra necessária, tanto para a região da Baixada Santista, quanto para o Porto de Santos. “São Paulo espera há muito por uma ligação seca entre Santos e Guarujá e consideramos que o túnel é a melhor alternativa, tanto para a comunidade quanto para a operação portuária”, explica.

Em recente visita técnica ao Porto de Santos, realizada em fevereiro, o presidente da Fiesp defendeu tecnicamente o projeto do túnel imerso para a ligação seca entre os municípios. “Estudos mostram que a opção do túnel seria mais vantajosa por uma série de razões, inclusive razões técnicas, além de investimentos e resultados. Por essa razão, ao nosso ver, seria mais interessante a solução através de um túnel e não de uma ponte para a ligação seca”, definiu Skaf na ocasião.

*Fonte: Portal Porto Gente  
Data: 22/04/2021*

## ENTREVISTA - OS DESAFIOS PARA SUPRIR A FALTA DE GRÃOS

*Assessoria de Comunicação*



A busca por volume e qualidade na produção de alimentos vem colocando Santa Catarina na vanguarda mundial do agronegócio. O estado é o maior produtor nacional de suínos, o segundo maior produtor de aves e arroz, o quarto maior produtor de leite, além de se destacar em outras atividades do agro.

[https://portogente.com.br/images/Jos%C3%A9\\_Zeferino\\_Entrevista.jpg](https://portogente.com.br/images/Jos%C3%A9_Zeferino_Entrevista.jpg)

*Entrevista José Zeferino Pedrozo: Santa Catarina terá dificuldades principalmente no setor de milho, pois viveu drama da estiagem. Crédito: CNA.*

Com 31% do Produto Interno Bruto (PIB), o agronegócio catarinense conta com cadeias produtivas organizadas e focadas na qualidade, tanto que tem acesso aos mercados mais exigentes do mundo. No entanto, enfrenta grandes desafios como, por exemplo, a escassez de milho e a falta de logística adequada para importação de grãos, o que pode trazer consequências para manter a produtividade das agroindústrias.

Nesta entrevista, o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc), José Zeferino Pedrozo, fala sobre os desafios dos produtores rurais, destaca as

expectativas para a safra de grãos neste ano e comenta as alternativas para resolver o problema da escassez do milho.

### ***Quais os grandes desafios dos produtores rurais para 2021? A alta nos preços dos alimentos beneficiou os produtores ou ainda há desequilíbrio em relação aos custos?***

José Zeferino Pedrozo - O nosso Estado conta com três grupos de produtores. O primeiro, que vive um bom momento, é aquele que se dedica à produção de grãos e comercializa. O segundo está em uma situação relativamente tranquila, pois produz cereais e transforma para utilizar na propriedade. Já, o terceiro vive uma situação mais vulnerável porque precisa comprar insumos de fora para garantir sua produção de carne ou leite. Até o momento tem existido margem para que todos conquistem um resultado favorável, mas notamos que os custos vêm se agravando cada vez mais, aumentando as dificuldades para quem não tem produção própria de grãos.

### ***Qual a expectativa para a safra de grãos no Estado neste ano? A estiagem deve impactar na produtividade?***

José Zeferino Pedrozo - Santa Catarina terá dificuldades principalmente no setor de milho, pois viveu drama da estiagem. Se não bastasse isso, ainda há o problema da cigarrinha-do-milho que trouxe prejuízos de várias dimensões, desde pequenos até alarmantes. A nossa dependência para abastecimento de milho no Estado é histórica. Precisamos de 7 milhões de toneladas para alimentar os nossos plantéis e a produção interna deste ano, que era prevista para uma colheita de 2,7 milhões de toneladas, baixou para 1,7 milhão de toneladas.

### ***Como resolver o problema de escassez do milho em Santa Catarina?***

José Zeferino Pedrozo – Como já mencionei, esse é um problema histórico! Santa Catarina tem seu território limitado para plantação de milho, mas por outro lado é um estado que se destaca com grandes produções de carnes de pequenos animais já consolidadas nacional e internacionalmente. Temos mão de obra diferenciada. Somos exímios produtores de carne, mas não temos insumos. Quando vêm as crises de abastecimento no Estado, as agroindústrias estão preparadas, pois elas têm poder de barganha. Mas os produtores rurais precisaram se adaptar. Hoje, o produtor está muito mais consciente sobre gestão e finanças. Antigamente, ganhava muito dinheiro em uma época e perdia em outra, pois não fazia reservas. Estamos em uma situação complicada de dependência de milho porque não produzimos o suficiente. Nossa preocupação é com o futuro do produtor e com a indústria de proteína animal. Precisamos pensar políticas que melhorem a nossa produção e a logística de abastecimento.

### ***Santa Catarina já perdeu posição para o Paraná na produção de aves e está perdendo também na suinocultura. Por quê? Faltam políticas de incentivo aos produtores?***

José Zeferino Pedrozo - O Paraná é um grande produtor de cereais e, no passado, quando Santa Catarina precisava de grãos buscava no estado vizinho, que é pertinho. No entanto, as cooperativas e outras empresas do Paraná hoje são altamente industrializadas. Não temos como competir porque não temos insumos. Se tivéssemos continuaríamos na vanguarda da avicultura e não correríamos riscos de perder a posição de liderança na suinocultura.

### ***O que fazer para manter os produtores de leite e ampliar a produção em SC? O senhor vê possibilidade de exportação em curto prazo?***

José Zeferino Pedrozo - Santa Catarina teve um crescimento constante nos últimos anos na produção leiteira. Mas, temos uma deficiência que não é somente nossa e impacta outros estados também. Nosso custo de produção de leite é maior do que de outros países do Mercosul. Na pequena propriedade temos condições de competir, mas nos na falta escala. SC já produz muito mais do que consome. A nossa agroindústria está numa posição confortável porque pratica a lei da oferta e da procura. O preço sobe e eles aumentam também para o produtor. Acontece o inverso quando os preços caem. Estamos trabalhando para melhorar cada vez mais a qualidade do leite produzido aqui no estado. Precisamos organizar a cadeia produtiva para que possamos ser competitivos internacionalmente.

### ***Além do leite, quais as cadeias que têm potencial para exportação no Estado?***

José Zeferino Pedrozo - Em Santa Catarina o agro não parou e teve lugar privilegiado nas cifras exportadas. A exportação de suínos e aves segue em alta. Temos produção de leite e estamos tentando abrir novos mercados. O mel da pequena propriedade tem grande potencial.

### **O governo de Santa Catarina anunciou recentemente investimentos de R\$ 24 milhões para incentivar o cultivo de cereais de inverno. Qual é a importância disso para ampliar a produção de milho?**

José Zeferino Pedrozo - Com esses investimentos temos condições de ampliar, mas não vamos resolver o problema da escassez de insumos para os nossos planteis. Temos participado do Fórum do Milho e debatido com muita força, mas o que precisamos é de uma estrutura para o transporte dessa matéria-prima em condições mais vantajosas. Hoje com a distância temos que buscar alternativas. Nossa expectativa de buscar milho do Paraguai é interessante, mas precisamos melhorar a nossa logística. Ainda não vemos uma luz no fim do túnel para o abastecimento de milho no Estado.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 22/04/2021

## **OS DESAFIOS DA DESESTATIZAÇÃO DA CODESA**

Editor Portogente

*A reforma dos portos deve libertar um potencial enorme para o crescimento regional*

A desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) é tema diário no intenso debate da logística portuária, que acontece diuturnamente no Conselho Editorial do Portogente. Sempre com muitas incertezas sobre a sua modelagem. As linhas de opinião que se confrontam são teoricamente embasadas, mas carecem de dados robustos. Há unanimidade quanto aos problemas a serem solucionados.



[https://portogente.com.br/images/Dad\\_22ABR2021.jpg](https://portogente.com.br/images/Dad_22ABR2021.jpg)

Desburocratizar para agilizar o processo de decisão e investir R\$ 200 bilhões, são as variáveis objeto dessa reforma. Porém, a dificuldade é chegar a conclusões convergentes a respeito do modelo de gestão que traga avanços e maior competitividade. De forma que essa estrutura possa também ser utilizada, adaptada às circunstâncias particulares dos diferentes portos brasileiros. Balizada pelas

demandas a serem atendidas.

O diretor de Outorgas e Políticas Regulatórias do Ministério da Infraestrutura (MInfra), Fábio Lavor, tem participado dos webinars e prestado esclarecimentos auspiciosos. Ao que parece, ainda não há definição da modelagem, ao mesmo tempo que se percebe um conjunto estabilizado de visões e ideias baseado nas realidades institucional e logística brasileiras. Dessa forma, sinaliza um avanço em direção a um horizonte das reformas necessárias.

O clima político é de instabilidade e o tema envolvendo reforma portuária atinge interesses no âmbito do capital e do trabalho. Na última reforma, a Lei 12.815/2013 introduziu conflito entre arrendatários e terminais de uso privativo (TUPs), na contratação de mão-de-obra na poligonal. Isto hoje gera desequilíbrio nos custos operacionais e na competitividade. Desenhar o modelo certo é acertar o nível de regulação: nem mais, nem menos: o necessário.

Os debates têm contribuído para aprimorar o processo. O modelo australiano parece ter saído da cena. O webinar do Portogente oferece uma ampla visão desse processo e do que precisa ser consertado. Inclusive soluções conjeturadas.

Fonte: Portal Porto Gente  
Data: 22/04/2021



## O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

### PORTO DE PELOTAS COMEMORA NESTE MÊS DE MARÇO A MAIOR MOVIMENTAÇÃO DA SUA HISTÓRIA

Informação: Portos RS (22 de abril de 2021)



[https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/04/1024\\_1-300x300.png](https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/04/1024_1-300x300.png)

No acumulado do trimestre os percentuais foram de um aumento 2020-2021 de 21,58%, uma movimentação a maior de 55,7 mil toneladas a mais. O maior responsável pelo incremento desses números foram os volumes registrados na movimentação de clínquer, minério utilizado para a fabricação do cimento. Tal matéria-prima neste trimestre teve um incremento de mais de 351,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo  
Data: 22/04/2021

## CDRJ REGISTRA CRESCIMENTO DE 37,1% NO 1º TRIMESTRE

Informação: Agência Porto (22 de abril de 2021)

A Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), autoridade portuária responsável pela administração dos Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis, faturou no 1º trimestre de 2021 o total de R\$ 223,9 milhões, o que corresponde a 37,1% de crescimento em termos reais em relação ao mesmo período de 2020. O resultado, corrigido pelo IPCA representa o maior faturamento trimestral dos últimos cinco trimestres.

Essa marca histórica foi alcançada devido a uma conjugação de fatores, dentre os quais destacam-se: a maior movimentação trimestral registrada nos últimos cinco anos com 14,454 milhões de toneladas; a maior movimentação mensal desde dezembro de 2018 registrada em março de 2021 com 5,761 milhões de toneladas; a dispersão do bom desempenho observado na movimentação de cargas haja vista o fato de que as 5 principais cargas – que detém 92,8% de participação no total movimentado nos portos administrados pela CDRJ – apresentaram variação positiva no 1º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2020.

O excepcional desempenho operacional, observado no 1º trimestre de 2021, foi positivamente impactado pela sustentação da valorização do minério de ferro em reais, resultado da conjugação da alta do valor da commodity nos mercados internacionais e da contínua apreciação do dólar em relação ao real.

Apesar da crise mundial provocada pela pandemia da Covid-19, os portos administrados pela CDRJ continuam em rota de crescimento. No Porto do Rio de Janeiro, a carga containerizada foi a principal carga movimentada no 1º trimestre de 2021, registrando uma alta de 5,4% em relação ao mesmo período de 2020. O aumento contribuiu para o crescimento de R\$ 1,4 milhão do faturamento do Porto do Rio, se comparado ao primeiro trimestre do ano de 2020.

O Porto de Itaguaí apresentou resultados excepcionais e se destacou com o faturamento de R\$ 123,2 milhões. Em comparação ao primeiro trimestre de 2020, houve um incremento de R\$60,7 milhões no faturamento. Esse aumento é explicado pelo crescimento de 48,8% na movimentação de cargas que teve a alta puxada, principalmente, pela movimentação de minério de ferro. Em relação

ao mesmo período de 2020, a movimentação do minério de ferro ficou superior em 56,5% e contribuiu com o acréscimo de R\$ 57,7 milhões no faturamento da Companhia.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 22/04/2021*

## GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

### MARCELLO COSTA: MINFRA TRABALHA PARA TRANSFORMAR A SEGURANÇA VIÁRIA DO PAÍS

Em transmissão ao vivo no Dia Nacional da Paz no Trânsito, secretário nacional de Transportes Terrestres destacou inovações da pasta no tema



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/04/whatsapp-image-2019-11-01-at-18-57-05-jpeg-300x199.jpg>

*Foto: Alberto Ruy/Aescom*

O secretário nacional de Transportes Terrestres do Ministério da Infraestrutura, Marcello Costa, afirmou que o Governo Federal tem como meta transformar a segurança viária no país. Para isso ocorrer, o MInfra busca inovações no modelo de concessões de rodovias e investe em educação de trânsito.

“Nós queremos reduzir o número de mortes e lesões graves no trânsito”, disse Costa, durante transmissão ao vivo promovida pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) para marcar o Dia Nacional da Paz no Trânsito, comemorado em 21 de abril.

Segundo Costa, a intenção é garantir segurança viária e educação de qualidade sobre trânsito. “Para isso, o Denatran e o Ministério da Infraestrutura trazem inovações nas concessões das rodovias, para que elas tenham dispositivos de segurança, e o Programa Educa, que vai introduzir a educação de trânsito nas escolas brasileiras”, afirmou.

Assessoria Especial de Comunicação

Ministério da Infraestrutura

*Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF*

*Data: 22/04/2021*

# ISTOÉ Dinheiro

## ISTOÉ - DINHEIRO

### BOLSONARO SANCIONA PROJETO QUE MUDA LDO E VIABILIZA ORÇAMENTO DE 2021

*Por Aluísio Alves, com reportagem adicional e edição de Maria Carolina Marcello*

SÃO PAULO (Reuters) – O presidente Jair Bolsonaro sancionou o projeto de lei que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já aprovada pelo Congresso Nacional, segundo edição extra do Diário Oficial da União desta quarta-feira.

Aprovado pelo Congresso Nacional na segunda-feira, o projeto abre caminho para a sanção do Orçamento de 2021, que vinha enfrentando impasse, e precisa ocorrer até a quinta-feira.

Ao sancionar o Projeto de Lei do Congresso Nacional 2 (PLN 2), Bolsonaro vetou apenas um dispositivo, que permitia a assinar contratos e realizar transferências e doações para municípios em situação de inadimplência com a União.

De acordo com a assessoria de comunicação da Secretaria-Geral da Presidência da República, o trecho foi vetado a pedido do Ministério da Economia, por entender que “a medida enfraqueceria o controle das contas públicas e a fiscalização do correto emprego dos valores transferidos pela União”.

O PLN traz ajustes à LDO de 2021, flexibilizando regras para despesas com enfrentamento à pandemia da Covid-19 e permitindo que o governo corte por decreto (e não por lei, como normalmente ocorre), despesas discricionárias, caso de investimentos e aquelas voltadas para a manutenção da máquina pública, para garantir o atendimento à totalidade das despesas obrigatórias.

Essa autorização dará maior agilidade ao governo para remanejar recursos do Orçamento de forma a contornar o risco de impossibilidade de atender despesas como o pagamento de salários e aposentadorias.

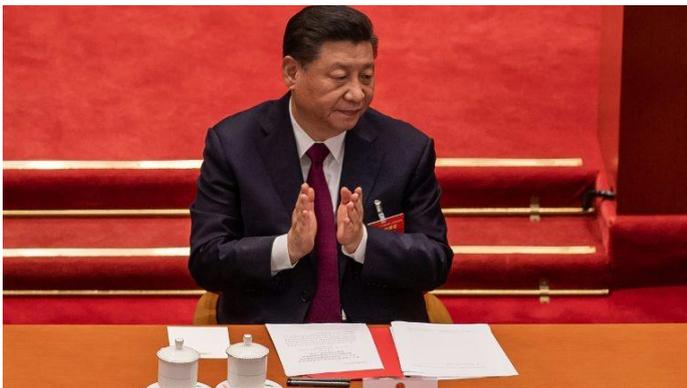
O texto também desobriga a compensação, por meio de aumento de receita ou redução de despesa, de medida legislativa que acarrete aumento de despesa que não seja obrigatória de caráter continuado, ou seja, que não tenha execução obrigatória por período superior a dois exercícios.

O projeto determina ainda que créditos extraordinários aprovados para cobrir despesas com os programas BEM, de proteção ao emprego, e Pronampe, de apoio a micro e pequenas empresas, assim como ações de saúde para o enfrentamento à pandemia, não sejam contabilizados na meta de resultado primário deste ano.

Com isso, ainda segundo a assessoria de comunicação da Secretaria-Geral, “gastos excepcionais com serviços de saúde e linhas de crédito do Pronampe e do BEM não serão computados na meta fiscal”.

**Fonte: IstoÉ- Dinheiro**  
**Data: 22/04/2021**

## PRESIDENTE CHINÊS PARTICIPARÁ DE CÚPULA VIRTUAL SOBRE O CLIMA ORGANIZADA POR BIDEN



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2021/04/6e50db2f62df687656e0c19c63506fc25de13a79-1-768x432.jpg>

**Presidente chinês participará de cúpula virtual sobre o clima organizada por Biden**  
**O presidente chinês Xi Jinping - AFP/Arquivos**

Apesar das fortes tensões bilaterais, chineses e americanos parecem decididos a colaborar sobre o clima, e Pequim confirmou nesta quarta-feira (21) a participação do presidente

Xi Jinping na cúpula virtual organizada nesta semana por Joe Biden.

O chefe do Estado chinês “fará um importante discurso online de Pequim” na cúpula virtual de quinta e sexta-feira, disse nesta quarta o ministério chinês de Relações Exteriores, esclarecendo a incerteza sobre sua participação.

Biden convidou cerca de 40 líderes mundiais, entre eles Xi Jinping e seu colega russo Vladimir Putin, para uma cúpula internacional sobre o clima com dois dias de duração e que será realizada por vídeo conferência.

China e Estados Unidos são os dois principais emissores de gases de efeito estufa, que causa o aquecimento global. Sendo assim, seu entendimento é crucial para o sucesso dos esforços internacionais destinados a reduzir essas emissões.

As duas potências continuam se opondo em muitos assuntos. Washington critica, por exemplo, a política de Pequim em Hong Kong, Taiwan, o tratamento aos muçulmanos uigures de Xinjiang (noroeste da China) e o comércio.

No entanto, os dois países se comprometeram neste sábado a “cooperar” sobre a mudança climática, após uma visita a Xangai do enviado americano para o clima, John Kerry, que se reuniu com seu homólogo chinês Xie Zhenhua.

As relações entre Pequim e Washington se deterioraram fortemente durante o mandato do ex-presidente Donald Trump, que retirou os Estados Unidos do Acordo de Paris sobre o clima.

Desde sua chegada à Casa Branca em janeiro, Biden optou pelo retorno dos Estados Unidos ao pacto.

– Objetivo: neutralidade do carbono –

Grande consumidor de carvão, a China é em termos absolutos o primeiro emissor mundial de gás de efeito estufa, mas também é o país que mais investe em energias renováveis.

“Não podemos resolver esta crise climática sem que a China esteja na mesa de negociações”, declarou na semana passada Kerry, durante sua visita a Xangai.

Pequim prometeu começar a reduzir suas emissões de CO2 “antes de 2030” e em 2060 alcançar a “neutralidade carbono”, ou seja, absorver tanto quanto emite.

“A China fará o que diz, e o que fará vai alcançar seus objetivos”, se comprometeu na semana passada o presidente chinês Xi Jinping, reiterando essas promessas.

A diplomacia chinesa zombou na semana passada do retorno de Washington ao acordo sobre o clima, ao afirmar que não se trata de “um retorno glorioso” e sim de “um mau aluno que volta às aulas depois de ser reprovado em um curso”.

Na ausência dos Estados Unidos durante a presidência de Donald Trump, a China assumiu um papel importante junto à União Europeia (UE) no combate à mudança climática.

Além da cúpula sobre o clima organizada por iniciativa de Joe Biden, outros dois eventos importantes estão previstos este ano sobre o meio ambiente: a COP15 biodiversidade (em outubro na China) e a COP26 clima (em novembro em Glasgow).

*Fonte: IstoÉ- Dinheiro*  
*Data: 22/04/2021*



**MONEYTIMES**

**SENADO DEVERÁ DEDICAR PRIMEIRA QUINZENA DE MAIO A PAUTA ECONÔMICA, DIZ LÍDER DA MINORIA**

*Por Reuters*

O Senado deve dedicar a primeira quinzena de maio a um conjunto de propostas da área econômica, que inclui projeto de refinanciamento tributário diante da crise do coronavírus, disse nesta quinta-feira o líder da Minoria na Casa, Jean Paul Prates (PT-RN).

Segundo ele, o tema foi definido em reunião de líderes desta quinta, ocasião em que sugeriu a inclusão de projeto relatado por ele que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda de pessoa física, cria novas faixas e estabelece alíquota de 15% para a distribuição de dividendos, além da dedução do Imposto de Renda de pessoa jurídica para juros pagos a sócio a título de remuneração de capital próprio.

“Alguns senadores propuseram que sejam pautadas nas próximas semanas um conjunto de projetos da área econômica. Um deles é o novo Refis em função da pandemia”, relatou o senador.

Segundo ele, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), concordou com a sugestão e indicou que colocaria projetos da área em votação nas primeiras semanas de maio.

A proposta que prevê a quebra temporária de patentes de vacinas e medicamentos relacionados à Covid-19 enquanto vigorar a situação de emergência de saúde pública deve ir a voto, segundo Prates, na quinta-feira da próxima semana.

Outra matéria levantada na reunião de líderes desta quinta, o chamado projeto da BR do Mar, em alusão a uma via de transporte marítimo para estimular a cabotagem. O governo deve retirar o pedido de urgência que recai sobre a proposta, mas com a contrapartida de o tema voltar à discussão em duas semanas.

“O relator Nelsinho Trad (PSD-MS) aproveitou para falar da BR do mar, também, onde o governo vai solicitar a retirada da urgência em função do pedido dele de ganhar mais 2 semanas em função de várias alterações e sugestões que ele recebeu dos senadores e colegas e, em geral, da movimentação que ocorre”, disse o líder da Minoria.

**“Mais 15 dias e ficou para a outra semana, sem ser a próxima, a outra.”**

Senadores acordaram ainda, na reunião, de organizar uma lista de projetos plausíveis de ajuda a pessoas físicas e a setores da economia mais atingidos pela crise gerada pela pandemia. Esse leque de proposta seria negociado com o governo, de forma a evitar a aprovação de medidas que não cheguem a ser sancionadas.

“Vamos fazer um grande compilado, uma racionalização desses projetos pela CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), o presidente sugeriu isso e houve acordo”, relatou.

Prates disse ainda que a pedido da senadora Simone Tebet (MDB-MS), o governo ficou de preparar um “quadro resumido” que possa fornecer um balanço dos custos e dos resultados apresentados pelos programas adotados no ano passado no enfrentamento aos efeitos da pandemia, a exemplo do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm).

Os senadores decidiram discutir ainda, de uma forma menos imediata, o conjunto de medidas na Casa relacionadas ao Judiciário e, a partir de diálogo com o outro Poder, elaborar uma reforma de maneira mais “alongada”, justamente para evitar que a movimentação seja encarada como uma reação a qualquer decisão.

**Fonte:** *Fonte: Moneytimes*

**Data:** 22/04/2021

## **EUA: WALL STREET FECHA EM QUEDA COM NOTÍCIAS DE PROPOSTAS TRIBUTÁRIAS DE BIDEN**

*Por Reuters*

Os mercados de ações dos Estados Unidos tiveram firme baixa nesta quinta-feira, em meio a notícias de que o presidente norte-americano, Joe Biden, planeja quase dobrar o imposto sobre ganhos de capital, o que, segundo analistas, forneceu argumento para realização de lucros em um

mercado sem direção e que aguarda a divulgação na próxima semana de balanços de grandes empresas de tecnologia.



Os três principais índices de Wall Street também caíram com relatos de que Biden planeja aumentar o imposto de renda de ricos, proposta que alguns disseram que seria difícil de ser aprovada no Congresso.

<https://media.moneytimes.com.br/uploads/2021/03/wall-street-2.jpg>

*Os três principais índices de Wall Street também caíram com relatos de que Biden planeja aumentar o imposto de renda de ricos (Imagem: Pixabay)*

De acordo com dados preliminares, o Dow Jones (DJI) caiu 0,94%, o S&P 500 (SPX) perdeu 0,92%, e o Nasdaq Composite (US100) cedeu 0,94%.

*Fonte: Moneytimes  
Data: 22/04/2021*

## PETRÓLEO FECHA ESTÁVEL COM PROBLEMAS NA LÍBIA COMPENSANDO RISCOS NA DEMANDA

*Por Reuters*



<https://media.moneytimes.com.br/uploads/2021/03/pep.jpg>

*Os contratos futuros do petróleo Brent fecharam em alta de 0,08 dólar, ou 0,1%, a 65,40 dólares por barril (Imagem: Pixabay)*

Os preços do petróleo terminaram esta quinta-feira praticamente estáveis, à medida que preocupações com uma produção menor da commodity na Líbia compensaram expectativas de que o aumento no número de casos de coronavírus na Índia e no Japão possa prejudicar a demanda por energia.

Os contratos futuros do petróleo Brent fecharam em alta de 0,08 dólar, ou 0,1%, a 65,40 dólares por barril, enquanto o petróleo dos Estados Unidos (WTI) também avançou 0,08 dólar, ou 0,1%, para 61,43 dólares o barril.

A Líbia informou que sua produção de petróleo recuou para cerca de 1 milhão de barris por dia nos últimos dias, podendo cair ainda mais, em função de problemas orçamentários.

“O mercado percebeu que uma retomada global na demanda por petróleo não pode acontecer sem uma recuperação nas maiores economias do mundo”, disse Bjornar Tonhaugen, chefe de mercados de petróleo da Rystad Energy, destacando que “a Índia está se afundando cada vez mais em uma grande crise, com as infecções batendo novos recordes todos os dias.”

A Índia, terceira maior consumidora global de petróleo, reportou nesta quinta-feira a maior contagem diária de novos casos de coronavírus no mundo até este momento, com 314.835 novas infecções.

Enquanto isso, o Japão –quarto maior importador de petróleo– deve anunciar uma terceira onda de lockdowns, que afetará Tóquio e três cidades do oeste do país, segundo relatos da imprensa.

*Fonte: Moneytimes  
Data: 22/04/2021*



### NE10 – RECIFE - PE

## PERNAMBUCO RECEBEU PARTE DOS R\$ 78 BILHÕES QUE UNIÃO ENTREGOU AOS ESTADOS PARA GASTOS COM A COVID-19

Estado recebeu R\$ 1,90 bilhão, entre eles, R\$ 481,83 milhões que pôde gastar livremente. Pacote de ajuda Financeira chegou a R\$ 3,12 bilhões

*Por Fernando Castilho*



[https://imagens.ne10.uol.com.br/veiculos/\\_midias/jpg/2021/03/16/806x444/1\\_governador\\_paulo\\_camara\\_durante\\_videoconferencia\\_com\\_prefeitos\\_e\\_alexandre\\_rebelo7-17240335.jpg](https://imagens.ne10.uol.com.br/veiculos/_midias/jpg/2021/03/16/806x444/1_governador_paulo_camara_durante_videoconferencia_com_prefeitos_e_alexandre_rebelo7-17240335.jpg)

*Ano passado, o governador Paulo Câmara teve ajuda da União para o combate a pandemia da covid-19 - FOTO: Hélia Scheppa/SEI*

No meio do debate que deve acontecer na CPI da covid-19 pelo Senado, a transferência de R\$ 78,25 bilhões aos Estados aguça a curiosidade de

senadores e adversários dos governadores para saber onde foi parar esse dinheiro.

Pernambuco recebeu diretamente R\$ 1,90 bilhão dentro de um pacote de ajuda total que chegou a R\$ 3,12 bilhões. Os números podem ser facilmente consultados no Portal da Transferência do Ministério da Economia, que revelam que o Governo Bolsonaro gastou R\$ 524 bilhões de um orçamento aprovado pelo Congresso de R\$ 604 bilhões.

Os dados disponíveis devem ser muito úteis aos senadores. Especialmente em relação às despesas R\$ 42,7 bilhões transferidos ao Ministério da Saúde e R\$ 24,51 bilhões para compra de vacinas, dos quais apenas R\$ 2,22 bilhões foram gastos. O que prova que não foi por falta de dinheiro que o Brasil não comprou vacinas, mas porque o Ministério da Saúde decidiu não adquirir os imunizantes.

Do total de R\$ 524 bilhões efetivamente gastos, R\$ 293 bilhões foram gastos apenas com o Auxílio Emergencial.

No meio dessa conta de R\$ 78,25 bilhões destinados aos Estados, sabe-se que foram gastos R\$ 53,27 bilhões, transferidos diretamente aos estados. No portal, se pode verificar que Pernambuco, que recebeu R\$ 1,90 bilhão, recebeu dentro desse valor um total de R\$ 481,83 milhões que pôde gastar livremente.

Outro R\$ 1,40 bilhão foi transferido ao Estado, dos quais R\$ 1,044 bilhão para ajudar nas perdas de arrecadação do ICMS. No total, somando-se o que Pernambuco recebeu da União e o que deixou de pagar ao Tesouro, chega-se a R\$ 3,12 bilhões.

Segundo um estudo feito pela Consultoria Legislativa da Assembleia Legislativa de Pernambuco, observa-se que esses programas de auxílio da União parecem ter sido mais do que suficientes para compensar a queda de arrecadação provocada pela crise econômica derivada da pandemia de Covid-19, ao menos no Estado de Pernambuco.

Segundo esse estudo, o Estado de Pernambuco aumentou suas despesas com saúde em R\$ 1,3 bilhão. Os gastos nas demais funções reduziram-se em R\$ 242,6 milhões. Além disso, o Estado pôde, apenas com a suspensão do pagamento de parte dos serviços da dívida estadual, obter uma redução de despesa de R\$ 528,2 milhões, como parte do pacote de auxílio da União.

Basicamente, o Governo de Pernambuco gastou esse dinheiro com serviços de saúde (Organizações Sociais), R\$ 370,6 milhões; Serviços de Saúde (Gestão Estadual), R\$ 247,3 milhões, e mais R\$ 108,4 milhões para a construção, ampliação e equipagem de unidades de saúde.

Quando se observam as despesas diretas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, disponíveis no Portal da Transparência de Pernambuco, é possível saber que o Estado gastou R\$ 982,3 milhões em 2020.

### **Recursos foram determinantes para os estados**

Essa questão terá repercussão na CPI da covid-19, não só em Pernambuco como nos demais estados. Na prática, o dinheiro do Governo Federal foi determinante aos estados.

Segundo o Ministério da Economia, dentro das medidas de impacto ao combate à covid-19, ao menos 17,0% do valor gasto foram gastos diretamente com os estados.

Somente com suspensão de dívidas dos Estados e Municípios com a União, foram gastos R\$ 35,3 bilhões. Apenas o Auxílio Financeiro Emergencial Federativo (4 meses) custou R\$ 60,2 bilhões.

Isso quer dizer que não será por falta de informações sobre o que os Estados receberam que a CPI não poderá obter um quadro sobre como a União gastou tanto dinheiro.

Até porque entre os países emergentes, o Brasil foi o que mais gastou para ajudar no enfrentamento econômico da pandemia.

Para se ter uma ideia do volume de dinheiro gasto pela União, houve ainda o pacote de recursos colocados à disposição das empresas pelos bancos, através do Banco Central.

Mesmo tendo, por outro lado, estragado todo esse esforço financeiro com um discurso negacionista contra o isolamento, vacinas e até com dinheiro gasto com cloroquina, ivermectina, a azitromicina.

*Fonte: NE10 – Recife - PE*

*Data: 22/04/2021*

### **SAIBA QUANTO E COM O QUE PERNAMBUCO GASTOU COM A PANDEMIA DA COVID-19**

Despesas com pessoal, Organizações Sociais, Vale Alimentação e materiais somam a maior parte das despesas do Estado com a covid-19

*Por Fernando Castilho*

Em pouco mais de um ano, o Governo de Pernambuco já gastou perto de R\$ 1,5 bilhão com as despesas da covid-19, segundo dados do Portal da Transparência, que mede as despesas de março do ano passado até este mês de abril. Nesse período, ocorreram 5.529 contratações de profissionais de saúde. Apenas com recursos que vieram da União, foram gastos R\$ 982 milhões em 2020.

No ano passado, o Estado aumentou suas despesas com saúde em R\$ 1,3 bilhão, e reduziu os gastos nas demais funções em R\$ 242,6 milhões. Este ano, entretanto, não há registro de transferência federal específica para a covid-19, embora Pernambuco indique que recebeu recursos de convênios.

Segundo o Portal da Transparência, no ano passado, Pernambuco gastou R\$ 982,3 milhões de recursos recebidos da União.

Quando se observam as maiores despesas, pode-se saber que os serviços de saúde contratados a terceiros (Organizações Sociais) chegaram a R\$ 370,6 milhões, representando 37,7% dessa despesa.

Os serviços de saúde feitos diretamente (Gestão Estadual) somaram R\$ 247,3 milhões, representando 25,2% do total, e as despesas com a construção, ampliação e equipagem de unidades de saúde chegaram a R\$ 108,4 milhões, responsáveis por 11,0% do total.

As demais despesas foram com o Cartão de Alimentação Escolar - para alunos da rede pública de ensino - (somaram R\$ 81,7 milhões); Auxílio Financeiro para Cultura (Lei Federal Nº 14.017/2020), R\$ 68,0 milhões; Transferências a municípios, R\$ 34,4 milhões; Publicidade, R\$ 22,1 milhões; e Concessão de Cestas Básicas para Famílias em Situação de Vulnerabilidade, com R\$ 13,5 milhões.

Ocorreram ainda despesas com gastos com Logística de Importação de Equipamentos e Insumos Médicos, R\$ 11,8 milhões; Equipagem da rede escolar com materiais de proteção (cubas, pias e EPIs), R\$ 8,5 milhões; Policiamento, R\$ 4,4 milhões; Ações de Apoio à População em Situação de Rua e Pessoas que Usam Drogas, R\$ 2,4 milhões; e outras despesas menores, que somaram R\$ 9,2 milhões, chegando-se ao total de R\$ 982,3 milhões.

Quando se observa o valor de R\$ 1,3 bilhão gasto no ano passado, podemos ver que R\$ 220 milhões foram para pagar pessoal, R\$ 80,7 milhões para pagar a compra de alimentação pagos a empresa de cartões de refeição Alelo S.A. e mais R\$ 134 milhões pagos ao IMIP em dois contratos de prestação de serviços. Há ainda R\$ 46,6 milhões pagos à empresa Global Internacional Group LLC, que cuidou das importações de insumos para o Estado.

Este ano, em quatro meses (o Portal da Transparência atualiza os dados diariamente), pode-se observar que as despesas já chegaram a R\$ 661 milhões empenhados, dos quais R\$ 327 milhões pagos.

As maiores despesas foram para os dois contratos com o IMIP, no total de R\$ 47,9 milhões, e mais R\$ 26,4 milhões em dois contratos ao Hospital Tricentenário.

Um detalhe importante é que, em 2021, não há valores decorrentes que foram custeados com o auxílio financeiro da União instituído pelo Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Ou seja, o dinheiro até agora vem de convênios ou do Tesouro do Estado, com R\$ 132 milhões da administração direta do Estado.

*Fonte: NE10 – Recife - PE*

*Data: 22/04/2021*



## COMEX DO BRASIL

### AGRONEGÓCIO TEM COMO DESAFIO AMPLIAR EXPORTAÇÕES AOS PAÍSES ÁRABES DE PRODUTOS COM MAIOR VALOR AGREGADO

*Por ComexdoBrasil.com -20 de abril de 20210*

São Paulo – O Brasil tem pela frente um desafio e uma oportunidade para elevar os embarques de produtos do agro com valor agregado aos países árabes, afirmou o presidente da Câmara de Comércio Árabe Brasileira, Rubens Hannun. Ele falou durante palestra virtual no Fórum Brasileiro do Agronegócio, nesta segunda-feira (19). Além do presidente, o secretário-geral da Câmara Árabe, Tamer Mansour, também participou do painel “A importância do comércio internacional de alimentos e bebidas para o agronegócio brasileiro” (foto acima).



<https://www.comexdobrasil.com/wp-content/uploads/2021/04/palestra-virtual-no-Forum-Brasileiro-do-Agronegocio.jpg>

Reprodução/YouTube

Os executivos apontaram o papel de destaque dos países árabes, bloco que é o segundo mais importante para as exportações brasileiras do agronegócio. “No primeiro trimestre do ano já crescemos 9% na venda do agro aos árabes. Esses países são extremamente fiéis, mesmo em momentos de entrave na exportação”, disse Hannun.

Além dos principais compradores do bloco, a Arábia Saudita, o Egito e Emirados Árabes Unidos, o presidente destacou o “crescimento vertiginoso, nos últimos meses, do Bahrein”, do Catar e do Marrocos. Para ele, a tendência é de crescimento forte na comercialização brasileira com as nações árabes, incluindo Iêmen e Líbia. “Porém, temos um desafio muito grande, porque nossos maiores produtos são commodities. Há, por isso, também uma grande oportunidade de colocar produtos com valor agregado”, afirmou Hannun.

No mesmo sentido, Mansour apontou que o comércio com os árabes é uma parceria de ganha-ganha. “Infelizmente hoje exportamos muitos produtos que ainda serão industrializados. Agora, precisamos ver os países árabes como hubs para nossos produtos [com mais valor agregado]. Na África, temos Egito, Marrocos. No Golfo, Emirados, Bahrein, e os próprios sauditas, que podem ser levados em consideração como hub para o mercado halal”, destacou o secretário-geral da Câmara Árabe.

### Vinho

O mediador do painel sobre comércio exterior, Silvio Pires de Paula, da empresa Demanda Pesquisas, lembrou da influência da pandemia em consumos como o do vinho. “O consumo de vinho nos lares aumentou bastante neste período de quarentena, mas o vinho brasileiro não está sendo tão exportado”, ponderou ele.

Para a Suzana Barelli, jornalista especializada em vinhos, os dados da consultoria Ideal Consulting sobre a pandemia mostram que, de fato, o consumo interno cresceu. “Ano passado, o mercado de vinho cresceu 32% e o que puxou o crescimento foi o vinho brasileiro. O vinho de mesa, por exemplo, só não cresceu mais por causa do problema de infraestrutura”, explica ela, principalmente sobre a falta de insumos para embalar os produtos.

Por outro lado, a prática da venda exterior ainda está sendo difundida no País. “É recente a mudança de perfil do produtor começar a pensar que pode exportar. O mercado interno é grande e antes muitos produtores eram mais simples, porque são empresas pequenas, muitos não falavam inglês, então não se pensava nisso”, explicou a jornalista.

Para ela, no entanto, as exportações brasileiras estão ganhando um novo fôlego, em mercados para Estados Unidos e China. “Em janeiro e fevereiro de 2021, frente aos meses de 2020, as exportações dobraram. Quando levava vinhos brasileiros na mala, as pessoas se surpreendiam com a qualidade do nosso vinho”, pontuou ela.

O evento virtual se estendeu das 8h30 às 18h30 e foi realizado pelo Global Council of Sales Marketing (GCSM). Para assistir o fórum completo, acesse o canal do Youtube da GCSM aqui.

(\*) Com informações da ANBA

Fonte: **Comex do Brasil**

Data: **22/04/2021**



### AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

#### MERCADO APOSTA EM INTERESSE DA MUBADALA POR ATIVOS DA BRASKEM

Por epbr - 22 de abril de 2021 - Em Comece seu Dia

**Quem faz Editada por Gustavo Gaudarde**  
[gustavo.gaudarde@epbr.com.br](mailto:gustavo.gaudarde@epbr.com.br)

#### em jogo

O Fundo Mubadala escolheu Luiz de Mendonça para presidir a Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia. O Mubadala comprou a refinaria da Petrobras por US\$ 1,65 bilhão e aguarda a aprovação dos órgãos reguladores para a conclusão do negócio.

— Mendonça deixou a presidência da Âmbar, braço de energia do Grupo J&F, dos irmãos Batista, no ano passado. Esteve por 17 anos no Grupo Odebrecht, atual Novanor. Lá, foi presidente da Braskem nos EUA por mais de um ano, além de membro do conselho da petroquímica por sete anos.

— Analistas afirmam que o fundo teria interesse nas operações do Nordeste da Braskem, justamente por conta da RLAM. Coluna do Broadcast/Estadão

Na semana passada, os sindicatos de petroleiros entraram com nova ação popular, com pedido de liminar, para interromper a venda Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, pela Petrobras. O pedido se baseia na fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU).

— Ação distribuída à 7ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro, movida por integrantes da diretoria da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e de Sindipetros. Veja o pedido (.pdf)

— O ministro do TCU, Walton Alencar Rodrigues, determinou no fim de março que as áreas técnicas do órgão entreguem um parecer sobre a necessidade de suspensão cautelar da venda, pelo fato de o valor fechado ser 45% inferior ao cenário-base calculado internamente pela própria Petrobras.

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou a venda da refinaria para o fundo Mubadala por US\$ 1,65 bilhão.

Analistas indicam precaução com Petrobras. O discurso do novo presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, em sua cerimônia de posse não convenceu analistas, bancos e corretoras sobre o futuro da estatal.

— A incerteza se dá principalmente quanto à política de preços dos combustíveis, que levou à queda de seu antecessor, Roberto Castello Branco, e à venda de ativos.

— O BTG Pactual manteve recomendação neutra para os papéis da empresa. A corretora Genial também se mostrou cética. O Bradesco BBI considerou que os passos de Silva e Luna devem ser cuidadosamente observados. Estadão

Na cerimônia de posse, semana passada, Silva e Luna afirmou que a companhia vai buscar soluções para a volatilidade dos preços de combustíveis, mas sem desrespeitar a paridade de importação dos combustíveis.



— O discurso animou investidores na B3. Por mais que os comentários de Silva e Luna sobre preços de combustíveis não sejam novidade, as ações preferenciais tiveram forte valorização, com ganhos de 5,8%, a R\$ 24,28, enquanto as ordinárias avançavam 5,03%, a R\$ 23,79.

Petróleo recua com estoque. Os preços do petróleo caíram na quarta (21), após o aumento das reservas de óleo cru nos EUA e as incertezas em relação à covid-19, que ainda limita o consumo da commodity no mundo.

— O Brent para entrega em junho fechou a US\$ 65,32 o barril, queda de 1,91%, enquanto o WTI para o mesmo mês caiu 2,15%, a US\$ 61,35 o barril.

— Segundo o relatório semanal da Agência de Informação Energética (EIA) americana, publicado nessa quarta, os inventários de petróleo cru do país aumentaram em 600.000 barris, chegando a 493 milhões de barris. Foi o primeiro aumento de abril.

— As reservas de gasolina também aumentaram (+100.000 barris), enquanto as de destilados (óleo combustível e gás de calefação) diminuíram (-1,1 MB). UOL, com AFP

Partilha atinge 50,4 milhões de barris. A produção acumulada desde 2017 nos três contratos em regime de partilha atingiu 50,4 milhões de barris de petróleo em fevereiro. Mero foi responsável por 68% da produção do período.

— As informações constam do Boletim Mensal dos Contratos de Partilha de Produção, da Pré-Sal Petróleo (PPSA), gestora dos contratos em nome da União. A parcela total acumulada do excedente em óleo da União ficou em 8,3 milhões de barris de petróleo desde 2017.

— Em fevereiro, a média diária da produção total nos três contratos foi de 51 mil barris por dia (bpd), sendo 36 mil bpd de Mero, 9 mil bpd no Entorno de Sapinhoá e 6 mil bpd em Tartaruga Verde Sudoeste. O resultado foi 11% superior ao registrado em janeiro.

— O excedente em óleo da União registrou uma média diária total de 11,5 mil bpd, sendo 5,3 mil bpd de Mero e 6,2 mil bpd em Entorno de Sapinhoá.

Terminal da Vale em Mangaratiba é interditado. A prefeitura da cidade, aplicou multa de R\$ 1 milhão por danos ambientais e voltou a determinar a interrupção das operações no Terminal da Ilha da Guaíba (TIG).

— De acordo com a prefeitura de Mangaratiba, o TIG opera sem licença, após o vencimento da LO emitida pelo INEA em 2010, com validade até dezembro de 2011. A Vale entende que a operação é regular e tem aval do Ineal. A operação do TIG é discutida na Justiça.

Cúpula do Clima. Em carta aos líderes globais que se reúnem nesta quinta (22/4) na Cúpula do Clima, 101 ganhadores de prêmios Nobel pedem que os compromissos anunciados pelos países incluam ações para o fim da expansão dos combustíveis fósseis, como petróleo, carvão e gás.

— Entre os signatários estão Dalai Lama; Muhammad Yunus, fundador do Grameen Bank; Rigoberta Menchú Tum, ativista pelos direitos humanos na Guatemala; e Adolfo Pérez Esquivel, ativista argentino pelos direitos humanos.

— As assinaturas dos prêmios Nobel foram articuladas pela iniciativa Tratado de Não-Proliferação de Combustíveis Fósseis, com o apoio de 350.org e outras ONGs. Folha de S. Paulo

Consumo de energia desacelera. O consumo nacional de energia elétrica resistiu à piora da pandemia entre janeiro e março, ajudado pelas elevadas temperaturas no país, mas começou a desacelerar nos primeiros dias de abril, segundo dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

— Levantamento mostra que, de 1º a 9 de abril, o consumo no Sistema Interligado Nacional (SIN) atingiu pouco mais de 62 mil megawatts médios (MWm). O volume é 6,8% maior que o de abril do ano passado – um dos piores meses da pandemia para o setor elétrico –, mas ficou 4,4% inferior ao montante registrado em 2019.

– Considerando apenas o mercado livre de energia, a retomada é consistente. Na prévia de abril, o consumo no ACL registrou alta de 25,2% em relação ao ano passado, e de 9,1% ante 2019, com crescimento em todos os segmentos, à exceção do setor alimentício. Valor

Direitos dos consumidores. A Aneel vai debater a proposta de consolidação dos atos normativos sobre os direitos dos usuários do serviço de distribuição de energia elétrica. A agência aprovou a abertura de consulta pública sobre o tema.

— O objetivo é manter o mérito vigente das resoluções consolidadas e conferir maior clareza, precisão e ordem lógica ao texto. E, ainda, eliminar eventuais contradições entre os atos consolidados. Estarão Conteúdo

PDE 2030. O Ministério de Minas e Energia (MME) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) publicaram o Caderno de Consolidação dos Resultados de Estudos do Plano Decenal de Expansão de Energia 2030.

— O documento sintetiza os principais resultados dos estudos apresentados no plano e aborda aspectos econômicos e energéticos associados à evolução das fontes de energia, da oferta interna, da geração de eletricidade, da capacidade instalada e da penetração de renováveis nas matrizes energética e elétrica.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias  
Data: 22/04/2021*

### **VENDA DIRETA DO ETANOL TEM PARECER FAVORÁVEL NA CCJ**

*Por Larissa Fafá - 22 de abril de 2021 - Em Biocombustíveis, Combustíveis, Congresso*

O projeto de decreto legislativo que pode liberar a venda direta do etanol hidratado entre usinas e postos de combustíveis recebeu esta semana parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. A agenda de votação ainda é incerta, mas o PDC 978/18 está pronto para ser votado na comissão.

O PDC 978/2018 susta as resoluções da ANP que atualmente vedam a comercialização direta. De autoria do senador Otto Alencar (PSD/BA), o texto já foi aprovado por senadores e também pela Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara.

Se aprovado na CCJ, seguirá para o plenário. Entretanto, deputados da comissão avaliam que o texto só deve ser votado nas próximas semanas, já que os trabalhos estão voltados para uma emenda constitucional (PEC) polêmica, que altera a composição do Conselho do Ministério Público.

A venda direta é apoiada pelo relator na CCJ, Silvio Costa Filho (Republicanos/PE). O deputado poderia ter se manifestado pela constitucionalidade da matéria, mas demonstra ser favorável ao projeto.

Destacou que o fortalecimento do setor sucroenergético gera aproximadamente um milhão de empregos diretos, sendo 270 mil deles na região Nordeste.

“[Na regra atual] os postos ficam autorizados, na prática, a comprarem de uma só fonte: das distribuidoras. Isto causa desequilíbrio e imprevisibilidade, para o produtor, para a sua geração de empregos e para os consumidores, ferindo a livre iniciativa”, escreveu em seu relatório.

Diferente de projetos lei, o PDC não depende da sanção presidencial e passa a valer assim que for aprovado nas duas casas.

Por isso a pressão para aprovação do texto de associações ligadas ao setor sucroenergético, especialmente do Nordeste, e também preocupação de entidades do setor ligadas às distribuidoras.

A matéria tinha ficado estacionada desde o final de 2019, mas recentemente voltou a ganhar força na Câmara dos Deputados após intervenção do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL).

### **Distribuidoras criticam projeto**

O imbróglio é tributário, já que atualmente a cobrança de impostos é feita tanto na produção como na distribuição, elo obrigatório da cadeia. O PDC, contudo, não trata do tema, já que o decreto legislativo tem o poder apenas de derrubar a regulamentação da ANP e não criar novas regras tributárias. Tanto o mercado de distribuição, quanto o governo federal e parte do setor sucroalcooleiro – especialmente os grupos da região Sudeste – são contra o projeto.

Relembre: Impasse entre áreas do governo paralisa medida provisória da venda direta de etanol  
O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) voltou a criticar a liberação da venda direta de etanol por meio do PDC 978/18. A associação entende que, da forma como está, o projeto de decreto legislativo pode desorganizar a arrecadação tributária do setor e causar concorrência desleal.

O IBP, além de representar as grandes petroleiras, criou a Associação Brasileira de Downstream (ABD) no ano passado, da qual fazem parte as maiores distribuidoras do país, BR Distribuidora, Raízen e Ipiranga, entre outras empresas.

“Nas vendas diretas do produtor ao posto revendedor, não haveria incidência do tributo, que é de responsabilidade do distribuidor. No entanto, como a venda direta não eliminará a operação via distribuidor, cria-se, na prática, um sistema dual para a tributação de um mesmo produto. Essa situação facilita a sonegação fiscal e a competição desleal”, defendeu o Instituto em nota nesta quinta (22).

A entidade ressaltou que não é contrária a venda direta em si, desde que seja solucionado o impasse tributário da operação.

A nota do IBP também pressiona, de forma indireta, a ANP acelerar a regulamentação da distribuidora vinculada. O calendário inicial previa a publicação da resolução em junho do ano passado, mas segue em estudo pelo órgão. A ideia é criar um agente que seja vinculado apenas à usina de etanol e que recolheria o tributo pago na distribuição.

Em audiência pública convocada pelo autor do PDC no Senado, o diretor-geral da ANP, Rodolfo Saboia, admitiu no início deste mês que o atraso da agência em criar a distribuidora vinculada foi uma consequência da demora na equipe econômica em encontrar uma solução tributária.

Como o Ministério da Economia não conseguiu garantir uma proposta para manter a tributação de forma adequada, que entendeu ser impossível a criação de duas formas de cobrança simultâneas, a agência precisou encontrar uma saída para atender a resolução do CNPE.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias  
Data: 22/04/2021*

### **WHITE MARTINS E COMPLEXO DO PECÉM FIRMAM PARCERIA PARA HUB DE HIDROGÊNIO VERDE**

*Por epbr - 22 de abril de 2021 - Em Transição energética*

A White Martins, multinacional brasileira de fabricação de gases industriais e medicinais, assinou um Memorando de Entendimento (MoU, na sigla em inglês) com o Complexo do Pecém para participar do HUB de Hidrogênio Verde.

Lançado em fevereiro pelo governo do Ceará, o hub busca parcerias para o desenvolvimento de uma cadeia de valor para o hidrogênio verde.

A meta do governo é tornar o estado um fornecedor global do combustível produzido a partir de energia renovável.

O projeto abrange desde a geração de energia renovável à produção de hidrogênio verde e derivados, armazenamento, distribuição e consumo, inclusive para exportação, e conta com a participação da Federação das Indústrias do Estado (Fiec) e Universidade Federal do Ceará (UFC).

A parceria com a White Martins pretende “estabelecer e desenvolver as potencialidades da produção local, voltada prioritariamente à exportação para a Europa. Com a assinatura do MoU, o Complexo do Pecém prestará o suporte para mapear novas oportunidades de negócios para a produção e o fornecimento de hidrogênio verde pela White Martins”, diz o complexo portuário em nota.

“Identificamos nesta parceria a possibilidade de inovar na produção e no fornecimento de energia limpa com investimentos na cadeia de valor do Hidrogênio Verde, aproveitando a sinergia da planta de gases do ar da White Martins já existente no Complexo Industrial e Portuário do Pecém”, explica Guilherme Ricci, diretor de Hidrogênio e Gás Natural Liquefeito da White Martins.

A empresa detém tecnologias e expertise em áreas-chave da cadeia do hidrogênio, como eletrolisadores, tecnologia para uso em mobilidade e experiência com injeção de hidrogênio em redes de gás natural, entre outras.

### **Plano de investimento de US\$ 5 bi**

O Ceará também se prepara para receber a maior usina de hidrogênio verde do mundo. Com investimentos de 5,4 bilhões de dólares, o projeto Base One da Eneq Energy quer produzir mais de 600 mil toneladas de hidrogênio verde anualmente a partir de 3,4GW de energia renovável firme.

O Porto do Pecém foi escolhido não apenas pela infraestrutura, mas pelo acesso às quantidades necessárias de água. O complexo também conta com benefícios tributários de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE).

A expectativa é que o projeto leve de três a quatro anos para ser construído, mas a operação pode começar um pouco antes da conclusão.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 22/04/2021*

## **BRASIL REVISAR META DE EMISSÕES DE CARBONO E PROMETE NEUTRALIDADE ATÉ 2050**

Durante Cúpula de Líderes sobre o Clima, Bolsonaro culpou combustíveis fósseis por mudanças climáticas e voltou a pedir recursos para combater desmatamento

*Por Gabriel Chiappini - 22 de abril de 2021 - Em Clima, Meio ambiente*

O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, anunciou hoje (22), durante a Cúpula do Clima organizada pelos Estados Unidos, nova meta de descarbonização do Brasil. A partir de agora, o país se compromete a alcançar a neutralidade de carbono até 2050.

“Coincidimos, senhor presidente [Joe Biden], com o seu chamado ao estabelecimento de compromissos ambiciosos. Nesse sentido, determinei que nossa neutralidade climática seja alcançada até 2050. Antecipando em 10 anos a sinalização anterior”, discursou Bolsonaro.

A nova meta vem após críticas de diversos setores, desde empresários a organizações ambientais, à Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira para o Acordo do Clima de Paris, apresentada em dezembro, que pretendia zerar emissões apenas em 2060.

“Somos um dos poucos países em desenvolvimento a adotar e reafirmar uma NDC transversal e abrangente com metas absolutas de redução de emissões, inclusive, para 2025 de 37% e de 40% até 2030”, afirmou Bolsonaro.

Embora o presidente tenha dito 40% até 2030, a NDC brasileira indica a redução de emissões em 43% até 2030.

Vale destacar: essas metas intermediárias são as mesmas assumidas pelo Brasil em 2015, na NDC original (.pdf)

O presidente destacou que o Brasil mesmo sendo uma grande economia responde por apenas 3% das emissões globais anuais — dados de 2018 do Climate Watch apontam que o Brasil foi responsável por 2,9% das emissões de gases de efeito estufa, considerando as por mudança no uso da terra e silvicultura.

“Contamos com uma das matrizes energéticas mais limpas com renovados investimentos em energia solar, eólica, hidráulica e biomassa. Somos pioneiros na difusão de biocombustíveis renováveis, como etanol, fundamentais para a despoluição de nossos centros urbanos”.

Ele também reiterou o compromisso de eliminar o desmatamento ilegal na Amazônia até 2030, desde que haja a participação de recursos internacionais, como havia posposto em carta enviada ao presidente norte-americano Joe Biden, semana passada.

E defendeu a importância de um mercado de carbono como fonte de recursos e investimentos para proteção e desenvolvimento sustentável da região amazônica.

“Diante da magnitude dos obstáculos, inclusive financeiros, é fundamental poder contar com a contribuição de países, empresas, entidades e pessoas dispostas a atuar de maneira imediata, real e construtiva na solução desses problemas”, disse.

“É preciso haver a justa remuneração pelos serviços ambientais prestados por nossos biomas ao planeta”, concluiu.



<https://youtu.be/RrOJosRcrUA>

O governo dos Estados Unidos avaliou como positiva a nova meta brasileira e demonstrou abertura para um possível diálogo e até mesmo para o envio de aportes financeiros.

“Alcançar a neutralidade de carbono até 2050, dez anos antes e sem pré-condições, é significativo, assim como compromisso de dobrar os fundos disponíveis para fiscalização, um passo crucial para

eliminar o desmatamento ilegal até 2030”, afirmou o porta-voz do Departamento de Estado dos EUA.

“Alcançar metas ambiciosas requer recursos, e os americanos estão comprometidos com a parceria com os brasileiros nesse esforço. Esperamos continuar trabalhando com o Brasil para expandir nosso diálogo e cooperação”, concluiu.

Já para Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima, o discurso de Bolsonaro não teve credibilidade, uma vez que não veio acompanhado de resultados práticos das políticas ambientais durante seu governo.

“O Brasil sai da cúpula dos líderes como entrou: desacreditado. Bolsonaro passou metade de sua fala pedindo ao mundo dinheiro por conquistas ambientais anteriores, que seu governo tenta destruir desde o dia da posse”, criticou em nota.

Desmatamento em alta, orçamento em baixa: o segundo ano da gestão ambiental de Bolsonaro

### Salles pede recursos para reforço de batalhões militares

Logo após o discurso de Jair Bolsonaro na cúpula, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, participou de uma coletiva de imprensa, em que reforçou a necessidade de recursos estrangeiros para a proteção da Amazônia e antecipação do desmatamento zero.

“Quanto mais recursos vierem, quanto mais apoio existir, maior a probabilidade de antecipar a extinção do desmatamento ilegal até 2030”, disse.

Pouco antes da cúpula, o governo brasileiro vinha tentando, em reuniões com representantes da Casa Branca, pedir US\$ 1 bilhão aos Estados Unidos para combater o desmatamento na Amazônia. Entretanto, as conversas não foram bem sucedidas.

“O Brasil apresentou aos EUA um plano de ação pedido por eles onde em doze meses, havendo recursos, se pudesse avançar rapidamente nessa reversão ainda maior da tendência que havia no aumento do desmatamento (...) O Brasil receber esse apoio para o plano que foi colocado e orçado em 1 bilhão de dólares é bastante razoável”, defendeu o ministro.

Salles afirmou que parte desses recursos seria para reforço de batalhões militares na região, para fiscalização do desmatamento, no que ele chama de comando e controle.

“Comando e controle que somará as forças de Ibama, ICMBio, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, com equipes também da Força Nacional, logística das Forças Armadas, que têm muita condição de apoio logístico a tudo isso. É preciso contar com as polícias militares dos Estados que têm um papel fundamental nisso”, disse Salles.

### Após cortes no Ibama e ICMBio, governo promete dobrar recursos

Como uma das ações para combater o desmatamento ilegal, Bolsonaro prometeu dobrar recursos para órgãos de fiscalização.

“Apesar das limitações orçamentárias do governo determinei o fortalecimento dos órgãos ambientais do governo, duplicando os recursos destinados às ações de fiscalização.”

Entretanto, este ano seu governo anunciou cortes nos recursos de institutos responsáveis por combater atividades ilegais nos biomas brasileiros.

O Ibama teve redução de 4% do orçamento, com R\$ 1,65 bilhão e o ICMBio, teve corte de quase 13% no seu caixa, ficando com R\$ 609,1 milhões.

Fonte: Agência EPBR de Notícias  
Data: 22/04/2021



## JORNAL O GLOBO – RJ

### MIGRAÇÃO DE SERVIDORES PARA UNIÃO PODE LEVAR A GASTO EXTRA DE ATÉ R\$ 560 MILHÕES ESTE ANO

Funcionários dos ex-territórios de Rondônia, Roraima e Amapá pleiteiam transposição para os quadros do governo, com salário de até R\$ 35.900

Por *Fernanda Trisoto*

BRASÍLIA — Sem retomar as reformas estruturais, como a administrativa, o governo pode ter um aumento de até R\$ 560 milhões nos gastos com pessoal em 2021 apenas com a reintegração de servidores dos ex-territórios.



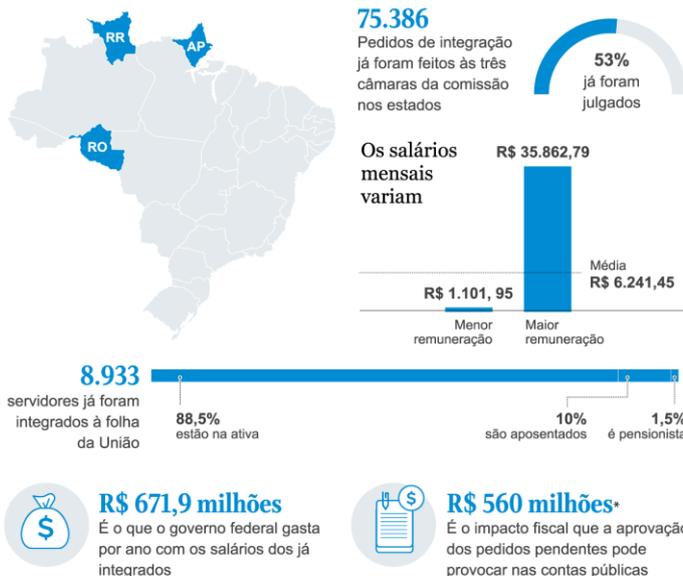
<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24982186-756-08e/FT1086A/xEsplanada-dos-ministerios-1.jpg.pagespeed.ic.BUDn6MhxNb.jpg>

**Maioria dos pedidos de transposição vem de professores e pessoas que ocuparam cargos comissionados em secretarias de estado ou prefeituras**  
 Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo

A Comissão Especial dos ex-Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá (CEEXT-SGP) precisa analisar 35.380 processos de funcionários que foram contratados nos territórios e agora pleiteiam a transposição para os quadros da União.

### O tamanho da janela

Criada em 2014, a Comissão Especial de Ex-Territórios analisa pedidos de incorporação de servidores de RO, RR e AP ao serviço público federal



Desde 2014, quando a comissão foi instituída, foram recebidos 75,3 mil pedidos de migração. A maior parte, 25,5 mil, foi indeferida, mas já migraram para a folha do governo federal 8.933 servidores.

Segundo a comissão, a maioria dos pedidos de transposição vem de professores e pessoas que ocuparam cargos comissionados diversos em secretarias de estado ou prefeituras. Também há pedidos de policiais e profissionais da saúde, como médicos.

Entre os anos 80 e 90 era a União que autorizava contratações e repassava verba para pagamentos aos territórios, que ficaram com uma despesa muito elevada de pessoal quando se tornaram estados. Três emendas à Constituição regulamentaram a transposição dos servidores.

<https://d37iydjzbdkvr9.cloudfront.net/arquivos/2021/04/18/servidores-publicos-outline-desk.png>

Veja a distribuição dos pedidos nos três estados

Estado	Recebidos	Julgados	Pendentes	Deferidos (publicados em portaria)	Deferidos (com pendência*)	Indeferidos
RO	34.998	20.722	14.276	6.016	1.870	15.187
RR	14.477	6.683	7.794	508	1.938	2.979
AP	25.911	12.601	13.310	2.409	1.729	7.370
<b>Total</b>	<b>75.386</b>	<b>40.006</b>	<b>35.380</b>	<b>8.933</b>	<b>5.537</b>	<b>25.536</b>

\*Um parecer jurídico pode confirmar ou não o deferimento  
 \*O valor inclui a atualização dos ingressos ocorridos em 2020 e uma estimativa de impacto dos ingressos de 2021.  
 Fonte: Ministério da Economia

De acordo com o Ministério da Economia, os quase 9 mil servidores que já migraram para os quadros da União representam um gasto anual de R\$ 671,9 milhões, com base na folha de fevereiro de 2021. Ainda há 5.537 pedidos aprovados, mas que possuem algum tipo de pendência jurídica para formalizar a inclusão.

### Reforma administrativa parada

O impacto financeiro será ampliado a partir das novas migrações que ocorrerão nesse ano: há uma reserva de R\$ 560 milhões no orçamento para isso. Como o processo de inclusão é lento – em média, são analisados 600 processos por mês – dificilmente todo esse recurso será usado.

Ao mesmo tempo em que terá esse gasto extra, o governo enfrenta dificuldades para avançar com a proposta de reforma administrativa, que está parada no Congresso e afetará apenas os futuros funcionários públicos.

O senador Marcos Rogério (DEM-RO) avalia que, embora a quantidade de processos seja alta, a morosidade não se justifica.

— Recentemente, houve a contratação de 39 novos servidores para a Secretaria de Gestão de Pessoas. Esses servidores estão passando por um período de treinamento e quando estiverem já empossados nas Câmaras (de análise) dos três Estados, com certeza os processos terão maior agilidade – declarou.

Esse é o mesmo diagnóstico feito pelo deputado Hiran Gonçalves (PP-RR). A ampliação da equipe vai permitir um avanço na publicação de atas e enquadramentos. A expectativa é de que a fase de análise dos processos acabe ainda em 2021.

— Conversei com o novo secretário (de Gestão e Desempenho de Pessoal, Leonardo Sultani), e ele se comprometeu conosco de nós terminarmos a avaliação (dos pedidos de transposição) até o final do ano – afirmou.

### **Servidores de educação, saúde e segurança**

Os servidores que migram para os quadros da União desempenhavam funções diversas nos territórios, mas a maior parte atuava nos setores de educação, saúde e segurança.

No governo federal, são enquadrados em função equivalente, com o mesmo nível de escolaridade, para que não haja prejuízo nem benefício. Atualmente, recebem, em média, R\$ 6.200 mensais, com remunerações que variam entre de R\$ 1.100 e R\$ 35.900.

As regras de migração, no entanto, não são as mesmas para todos. Rondônia, que foi transformado em estado antes, pode passar para a União servidores admitidos entre dezembro de 1981 e março de 1987 e que comprovem vínculo atual com o ente.

Já nos casos do Amapá e de Roraima, a transposição abarca os servidores que trabalharam entre outubro de 1988 e outubro de 1993 e que mantiveram vínculo de trabalho de pelo menos 90 dias.

Uma nova proposta de emenda à Constituição visa uniformizar essas regras. Apresentada em 2018, a matéria foi relatada pelo senador Marcos Rogério e aguarda inclusão na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

— A PEC vai garantir o enquadramento de todos aqueles que mantiveram vínculo de trabalho com a administração dos ex-territórios e seus municípios, incluindo executivo e poderes legislativo e judiciário, além do MPE e do TCE, e dos policiais civis e militares, durante os dez primeiros anos de criação dos respectivos estados – explicou.

### **Risco de judicialização**

Algumas categorias ainda pleiteiam inclusão nas regras de transposição ou esclarecimentos em relação ao enquadramento, o que pode provocar judicialização da questão.

É o caso dos delegados de Roraima, que tinham cargos comissionados, e de funcionários de algumas estatais de Rondônia, como as companhias telefônica (Teleron) e de eletricidade (Ceron) e o banco do estado (Beron).

Para os parlamentares, a migração desses servidores é um tipo de reconhecimento a esses funcionários públicos que trará repercussões importantes tanto para aliviar as contas públicas dos estados, que gastarão menos com pessoal, quanto para movimentar a economia local.

### **Desafogar folha dos estados**

— Num estado pequeno e pobre, que tem a sua economia muito voltada para a remuneração dos funcionários públicos, isso melhora muito a economia e a vida das pessoas – avaliou o deputado.

O senador Marcos Rogério segue a mesma linha:

— A transposição é uma questão de justiça. Além disso, a transposição também vai desonerar a folha dos Estados em valores significativos e acrescentar nova receita na economia dos mesmos.

Uma emenda à Constituição, aprovada em 2017, que ampliou as categorias que têm acesso à migração gerou repercussões que acabaram afetando o trabalho da comissão.

O Ministério Público (MP) junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) solicitou investigação sobre irregularidades na transposição ao tribunal, que suspendeu a movimentação entre janeiro e agosto de 2019, quando fixou critérios para a continuidade das transposições dos servidores.

Já a Procuradoria-Geral da República (PGR) ingressou com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra essa emenda à Constituição, mas a corte não acatou o pedido.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 22/04/2021*

## **BOLSONARO SANCIONA PROJETO QUE DESTRAVA ORÇAMENTO E REEDIÇÃO DA MP 936 E PRONAMPE**

Esse foi o primeiro passo para a sanção do Orçamento, cujo prazo acaba amanhã  
*Por Fernanda Trisotto*

BRASÍLIA – O presidente Jair Bolsonaro sancionou o projeto de lei que libera a reedição de medidas econômicas contra a pandemia da Covid-19 e viabilizou o acordo para o Orçamento de 2021, que precisa ser sancionado até amanhã, quinta-feira.

A alteração das diretrizes orçamentárias para esse ano retira a exigência de compensação para despesas temporárias. É isso que vai possibilitar que o governo retome ações como a medida provisória 936, que criou o programa de manutenção do emprego e renda (BEm), e o Pronampe, uma linha de crédito específica para pequenas empresas.

O Ministério da Economia estima que as duas medidas custarão R\$ 15 bilhões – são R\$ 10 bilhões para o programa que permite a redução de jornada e salário e a suspensão de contratos de trabalho e R\$ 5 bilhões para os empréstimos.

### **Fora do teto**

A proposta inicial do governo apenas alterava um dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 para permitir a execução de projetos com duração apenas no ano corrente sem a necessidade de apresentar medida compensatória para a despesa.

Isso permitiria editar as ações fora do teto de gastos, a regra que limita o aumento das despesas da União à inflação, mas ainda exigiria a observância da meta fiscal. O texto final, no entanto, retirou os gastos com a pandemia – como as despesas de saúde, do Pronampe e do BEm – da meta do resultado das contas públicas para 2021.

Dessa forma, o governo não terá de modificar a meta para acomodar esses novos gastos. Para esse ano, é previsto um déficit de R\$ 247 bilhões. Os R\$ 44 bilhões do auxílio emergencial já estavam fora da meta fiscal.

O texto também autoriza que o Executivo faça bloqueios dos gastos livres e investimentos no valor necessário para cobrir as despesas obrigatórias. De acordo com o governo, essa medida vai permitir que sejam recompostos as dotações da Previdência e outros gastos obrigatórios, como subvenções econômicas ao plano Safra e o abono-salarial e seguro desemprego, que acabaram subestimadas no Orçamento.

### Veto à emenda

Além dessas modificações, os parlamentares incluíram um dispositivo que permitia a assinatura de contratos e a realização de transferências e doações para municípios com até 50 mil habitantes em situação de inadimplência com a União. Essa inclusão havia sido feita após apresentação de emendas do deputado Lucas Vergílio (Solidariedade-GO) e do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), líder do governo no Senado.

Bolsonaro vetou esse trecho, a pedido da equipe econômica. A avaliação é de que, ainda que a intenção do Legislativo seja louvável, a medida enfraqueceria o controle das contas públicas e a fiscalização dos valores transferidos pela União.

“Os municípios com menos de 50.000 habitantes representam cerca de 88% dos municípios brasileiros, fato que, combinado com as exceções já existentes, tornaria os instrumentos de controle e de boa gestão fiscal ineficazes”, diz a mensagem de Bolsonaro que justifica o veto

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 22/04/2021*

## 5G: ANTES DO LEILÃO, GOVERNO FAZ MAPA DE PAÍSES QUE RESTRINGEM A ATUAÇÃO DA CHINA NO SETOR DE TELECOM

Metade das grandes economias tem alguma trava. Relatório do Itamaraty foi feito na gestão de Ernesto Araújo. Novo ministro ainda não se posicionou

*Por Eliane Oliveira*



[https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24980532-393-00a/FT1086A/x90734366\\_EC-Sao-PauloSP04-12-2020-Obstaculo-para-a-chegada-do-5G-no-BrasilA-participacao-do.jpg.pagespeed.ic.R--Ozxom56.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24980532-393-00a/FT1086A/x90734366_EC-Sao-PauloSP04-12-2020-Obstaculo-para-a-chegada-do-5G-no-BrasilA-participacao-do.jpg.pagespeed.ic.R--Ozxom56.jpg)

*Antenas de telefonia celular no topo de edifício em SP: Participação dos chineses no leilão de 5G no Brasil é um ponto de tensão do Brasil com China e EUA Foto: Agência O Globo / Edilson Dantas/4-12-2020*

BRASÍLIA - No momento em que o Brasil se prepara para o leilão do 5G, a nova geração de telefonia, e mantém-se a pressão dos Estados Unidos para manter a chinesa Huawei fora da nova infraestrutura por aqui, o governo fez um levantamento que mapeou nações que têm reservas com a China em várias áreas, inclusive na tecnológica.

O documento elaborado pelo Itamaraty, ao qual O GLOBO teve acesso, serve para as análises do governo sobre que passos dar nessa delicada disputa entre seus dois maiores parceiros comerciais.

O levantamento aponta que quase metade dos países do G-20 (grupo de reúne as 20 maiores economias do mundo) tem algum tipo de restrição aos chineses nessa área de telecomunicações.

Entre os que excluíram a Huawei dos projetos do 5G estão Austrália, Itália e Japão. Canadá, Índia e França cogitam banir ou limitar a participação da China, em um movimento plenamente favorável ao que defendem os EUA.

O levantamento foi feito em fevereiro deste ano para subsidiar as análises, ainda na gestão do ex-chanceler Ernesto Araújo.

O novo ministro das Relações Exteriores, Carlos França, ainda não sinalizou como deve tratar o documento, mas a equipe da pasta envolvida no tema é basicamente a mesma após a troca de comando no órgão.

### 5G é campo minado que divide China e EUA

Apesar de ainda não haver sinais concretos, há forte expectativa de que a competição tecnológica entre Washington e Pequim continue no governo do presidente americano Joe Biden, cenário que confirma o quanto a implementação de infraestrutura 5G no mundo é um tema bastante sensível.

Desde que assumiu a Casa Branca, Biden sinaliza manter a mesma visão do antecessor, Donald Trump, na tentativa de conter o avanço tecnológico da China.



[https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24980558-206-6ba/FT1086A/x92549334\\_US-President-Joe-Biden-speaks-after-a-jury-reached-guilty-verdicts-in-the-murder-trial-of-f.jpg.pagespeed.ic.itct2jolJJ.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24980558-206-6ba/FT1086A/x92549334_US-President-Joe-Biden-speaks-after-a-jury-reached-guilty-verdicts-in-the-murder-trial-of-f.jpg.pagespeed.ic.itct2jolJJ.jpg)

*O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden Foto: TOM BRENNER / REUTERS*

Entre os fatores que ajudam nessa avaliação, o texto do levantamento do Itamaraty cita uma declaração da secretária assistente, interina, para o Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado, Julie Chung,

relatada por expediente secreto, que afirmou que “a posição dos Estados Unidos em relação à China não se alterou”.

Outro sinal claro foi emitido pela porta-voz do Departamento de Estado. Ela disse que a tecnologia está no centro da competição EUA-China. Ela disse que os chineses estão dispostos a fazer o que for preciso para obter vantagens, o que incluiria roubar propriedade intelectual, praticar espionagem industrial e forçar a transferência de tecnologia.

Autoridades chinesas têm combatido a estratégia americana como um jogo sujo.

### Canadá cogita limitar 'comunicações de Estado'

O Canadá é o único país da Aliança Cinco Olhos (bloco formado por Austrália, Reino Unido, Nova Zelândia, EUA e Canadá) que não banuiu ou restringiu formalmente a participação da Huawei em suas redes de 5G com base em “justificativas de segurança”.



[https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24980533-903-c39/FT1086A/x86734309\\_A-photograph-shows-the-logo-of-Chinese-company-Huawei-at-their-main-UK-offices-in-Reading-w.jpg.pagespeed.ic.89ls0g5NbT.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24980533-903-c39/FT1086A/x86734309_A-photograph-shows-the-logo-of-Chinese-company-Huawei-at-their-main-UK-offices-in-Reading-w.jpg.pagespeed.ic.89ls0g5NbT.jpg)

*Escritórios da Huawei em Londres, no Reino Unido Foto: DANIEL LEAL-OLIVAS / AFP*

No entanto, começa a ser ventilada a hipótese de a Huawei ser excluída de “comunicações de Estado”, caso venha a participar do mercado canadense. Ao adiar decisão oficial sobre autorização sobre o uso da

tecnologia da Huawei, o Canadá fez com que suas empresas de comunicação excluíssem, até o momento, a empresa chinesa de seu rol de fornecedores.

### França, Itália e Índia também impõe barreiras aos chineses

Na França, estão em vigor dispositivos legais que limitam as atividades da Huawei, incluindo possível retirada de equipamentos já instalados. Mas, segundo os autores do levantamento, o presidente francês Emanuel Macron não está entre os líderes mais vocais nessa questão.

Os indianos também pensam em banir não apenas a Huawei, mas também a ZTE, da rede 5G a ser instalada no país. No Japão, a legislação impede, na prática, a participação de empresas chinesas no processo de implantação da nova tecnologia.

A Itália se valeu da legislação de proteção contra investimentos estrangeiros diretos para excluir a Huawei de processos licitatórios. No Reino Unido, a partir de setembro deste ano, a previsão é que equipamentos da companhia deixarão de ser instalados.

### União Europeia está dividida

Há divergências internas na União Europeia em relação à Huawei. República Tcheca, Polônia, Suécia, Estônia, Romênia, Dinamarca e Letônia baniram a empresa de seus mercados, com base em technicalidades. Franceses e britânicos dificultaram ou inviabilizaram a participação da Huawei, mantendo, entretanto, discursos de isenção.

### Edital no Brasil não restringe China

No Brasil, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou, em fevereiro, o edital para o leilão do 5G, previsto para acontecer em meados deste ano. O documento não tem restrições a fornecedores chineses e ainda depende de análise do Tribunal de Contas da União (TCU). As regras da licitação ainda podem mudar.

As faixas de frequência são como “rodovias” por onde circulam os dados do 5G. Como esse espaço é limitado, o governo faz um leilão para decidir quem irá operar cada faixa. As teles vão disputar o direito de operar as bandas de frequência nas cidades e começar a oferecer a tecnologia no Brasil.

Mais que uma internet de altíssima velocidade, a quinta geração de redes móveis de telefonia representará um novo marco para a indústria, a agricultura de precisão, a criação de tecnologias para cidades inteligentes, segurança pública e internet das coisas.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 22/04/2021*

## ITA TRANSPORTES AÉREOS JÁ CONSUMIU MAIS DE R\$ 27 MILHÕES DO CAIXA DA VIAÇÃO ITAPEMIRIM

*Por Mariana Barbosa*



[https://s2.glbimg.com/ldjGnuGUJR8Yh9EJmSPKnXSIYJM=/645x388/i.glbimg.com/og/ig/infoglobo1/f/original/2021/02/01/screen\\_shot\\_2021-02-01\\_at\\_19.15.59.png](https://s2.glbimg.com/ldjGnuGUJR8Yh9EJmSPKnXSIYJM=/645x388/i.glbimg.com/og/ig/infoglobo1/f/original/2021/02/01/screen_shot_2021-02-01_at_19.15.59.png)

*Montagem com a pintura da ITA Transportes Aéreos Montagem com a pintura da ITA Transportes Aéreos | Reprodução*

O Grupo Itapemirim, que está em recuperação judicial, já gastou mais de R\$ 27 milhões em seu projeto de criação da companhia aérea ITA — valor que é maior do que o desembolsado para o pagamento de credores até o momento: R\$ 21,6 milhões.

Os dados constam do último relatório do administrador judicial EXM Partners, referente ao mês de fevereiro. Esse valor possivelmente deverá aumentar no relatório de março, mês em que a companhia aérea ampliou as despesas com a importação de um avião para poder cumprir as etapas do processo de certificação junto à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

A empresa realizou voos testes com inspetores da Anac na semana passada, mas a emissão da certificação operacional, o chamado COA, deve ficar para maio, na próxima reunião da diretoria colegiada da Anac.

Os R\$ 27 milhões estão longe de serem suficiente para fazer a operação decolar. Segundo executivos da indústria ouvidos pela coluna, a criação de uma empresa aérea regular nos moldes planejados pela Itapemirim demandaria um caixa de pelo menos R\$ 300 milhões. O CEO da companhia, Sidnei Piva de Jesus, já declarou ter assegurado um investimento de US\$ 500 milhões de um fundo árabe — mas os recursos não parecem ter entrado já que a empresa tem precisado recorrer ao caixa do grupo de transporte rodoviário.

Pelo plano de recuperação judicial aprovado em assembleia de credores em 2019, a empresa tem até maio quitar uma dívida de R\$ 35 milhões com trabalhadores. O restante das dívidas — R\$ 132 milhões — está previsto para ser quitado até fevereiro de 2027, mas a empresa não tem pago as parcelas mensais conforme previsto no plano de recuperação.

Nem mesmo os honorários do administrador judicial e da assessoria jurídica da RJ vêm sendo pagos em dia, conforme apontado pelo administrador Eduardo Scarpellini no relatório mensal da administração protocolado esta semana.

Enquanto a aérea se prepara para decolar, as empresas de transporte rodoviário do grupo enfrentam uma queda de faturamento de mais de 40% por conta da pandemia. A operação, deficitária, vem sendo custeada com recursos da venda de terrenos e imóveis de uma subsidiária — patrimônio que está no centro da disputa societária entre o atual controlador, Sidnei Piva de Jesus e a família do fundador Camilo Cola. Em fevereiro, a empresa embolsou R\$ 17 milhões com a venda de um terreno — sendo que R\$ 11 milhões foram parar no caixa da ITA.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 22/04/2021*

## BRASIL JÁ GANHOU MAIS 30 'MARACANÃS' EM GALPÕES LOGÍSTICOS EM 2021 COM E-COMMERCE AQUECIDO

*Por Rennan Setti*



<https://s2.glbimg.com/gvgezRMVu4Ezr5HrHsEpr7whHvQ=/645x388/i.glbimg.com/og/ig/infoglobo1/f/original/2021/04/15/xml.jpg.pagespeed.ic.ayrdpd2e-6.jpg>

*Centro de distribuição do Mercado Livre, em São Paulo; aumento nas vendas pela internet*  
*Centro de distribuição do Mercado Livre, em São Paulo; aumento nas vendas pela internet | Caio Guatelli / Agência O Globo*

O estoque de galpões logísticos do Brasil cresceu em quase 215 mil metros quadrados no primeiro trimestre do ano, o equivalente a 30 gramados do Maracanã. Os dados são de levantamento exclusivo da plataforma de pesquisas SiiLA.

O segmento vem sendo estimulado pela demanda aquecida do comércio eletrônico, e a expansão se segue a um incremento de 135 'Maracanãs' em 2020.

O país terminou o trimestre com praticamente 18 milhões de metros quadrados em galpões, com uma taxa de ocupação de quase 87% — levemente superior à taxa registrada no fim do ano passado. Quase três quartos desse estoque são classificados de alto padrão, atendendo a companhias como Amazon e Mercado Livre. (A SiiLA não monitora pequenos imóveis de armazenamento, apenas condomínios logísticos).

A consultoria prevê avanço ainda mais acelerado: até o fim de 2021, ela projeta um crescimento de 3 milhões de metros quadrados — ou mais de 400 'Maracanãs'.

### Recorde de ocupação em SP

Mais da metade dos galpões (em metragem) fica em São Paulo, que concentra a maior densidade de consumidores e permite entregas para outros estados das regiões Sudeste e Sul.

Em um sinal do aquecimento desse mercado, os condomínios logísticos paulistas encerraram o primeiro trimestre com a menor taxa de vacância desde o início do monitoramento da SiILA. Estavam vagos 13,05% da área dos galpões, contra 18,45% no mesmo trimestre de 2020.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 22/04/2021*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS VÃO TER R\$ 11 BI DE REFORÇO NOS CAIXAS EM 2022 COM LEILÕES DO PRÉ-SAL

Em comunicado divulgado nesta quinta-feira, 22, o Ministério da Economia informou que o leilão será realizado em dezembro, mas o dinheiro só entrará nos cofres do governo em abril de 2022

*Por Anne Warth, O Estado de S.Paulo*



BRASÍLIA - As contas do governo federal, Estados e municípios receberão em 2022 um reforço no caixa de R\$ 11,14 bilhões com o leilão de campos de Sépia e Atapu. O governo estima investimentos de R\$ 200 bilhões durante o período de exploração dessas áreas, que ficam no pré-sal, uma camada profunda do oceano em que há óleo de maior qualidade e valor comercial.

<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/7/9/1538148199697.jpg>

**R\$ 11,14 bilhões só entrarão nos cofres do governo em abril de 2022, último ano do mandato do presidente Jair Bolsonaro Foto:**

*Marcos de Paula/Estadão*

Em comunicado divulgado nesta quinta-feira, 22, o Ministério da Economia informou que o leilão será realizado em dezembro, mas o dinheiro só entrará nos cofres do governo em abril de 2022, último ano do mandato do presidente Jair Bolsonaro.

Além de contar com arrecadação extra dos dois leilões, o Orçamento do ano que vem terá mais espaço do lado das despesas devido à correção maior do limite teto de gastos (a regra constitucional que fixa um limite anual para gastos com base na variação da inflação).

Cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado apontam para uma folga de R\$ 38,9 bilhões no teto de gastos em 2022. É quanto o governo poderá gastar a mais. Esse espaço seria dado pela diferença entre o índice de inflação a corrigir o teto e aquele que indexa as despesas obrigatórias.

Especialistas em contas públicas têm alertado o governo a não usar a folga orçamentária para aumentar gastos obrigatórios como reajustes dos salários de servidores, que ficaram congelados em 2020 e 2021. Neste ano, as contas estão apertadas devido ao teto de gasto, motivo da crise política após a sanção do Orçamento, cujas despesas obrigatórias foram subestimadas para acomodar o aumento de emendas parlamentares.



A arrecadação de R\$ 11,14 bilhões com os leilões do pré-sal será obtida com o chamado “bônus da assinatura”, valor fixo que as empresas vencedoras do leilão têm que pagar à União para poderem explorar o petróleo. Como há um acordo para a partilha dos recursos, governadores e prefeitos receberão R\$ 7,67 bilhões do total do bônus.

Os campos de Atapu e Sépia fazem parte das áreas da cessão onerosa e os volumes excedentes desses campos passarão por leilão pela segunda vez - já que não houve sucesso na licitação realizada em 2019. O bônus do campo de Sépia foi estabelecido em R\$ 7,13 bilhões e o de Atapu, em R\$ 4 bilhões.

Para a equipe econômica, os investimentos previstos darão impulso ao crescimento econômico e permitirão o ingresso do Brasil entre as principais nações produtoras de petróleo e gás natural.

Como mostrou o Estadão/Broadcast na última terça-feira, 20, para viabilizar o leilão, o governo decidiu reduzir em R\$ 25,5 bilhões a arrecadação que pretendia receber pela exploração Atapu e Sépia. O leilão das áreas da cessão onerosa foi realizado em novembro de 2019, mas apenas os blocos de Búzios e Itapu receberam propostas da Petrobrás e de um consórcio liderado pela companhia. Na época, o governo arrecadou R\$ 69,96 bilhões.

Desde então, o governo sinalizou que iria rever as regras e reduzir incertezas para realização de uma segunda rodada de ofertas. Em 2019, o bônus de Atapu era de R\$ 13,74 bilhões, e o de Sépia, de R\$ 22,85 bilhões. Os novos números foram definidos pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) na última terça-feira.

Pelas regras atuais, os blocos do pré-sal são ofertados pelo regime de partilha. Neste modelo, o governo fixa o valor de bônus de assinatura. Vence o leilão a empresa ou consórcio que oferecer o maior percentual de óleo-lucro, ou seja, parte da produção de óleo destinada à União. Para atrair interessados, esses percentuais também foram reduzidos. Para o campo de Sépia, o lance mínimo é de 15,02%, e a de Atapu será de 5,89%.

Conforme a legislação em vigor, a Petrobras tem direito de manifestar seu direito de preferência, em até 30 dias, após a publicação da resolução do CNPE.

As áreas ofertadas são parte do chamado “excedente da cessão onerosa”. Pelo contrato, a União cedeu uma área no pré-sal da bacia de Santos com reservas de até 5 bilhões de barris de petróleo à Petrobras em 2010, em troca de ações da empresa, dentro de uma operação indireta. O contrato da operação foi fechado a um determinado preço sob condição de ser revisto. Posteriormente, foi descoberto que os reservatórios tinham mais petróleo do que o inicialmente previsto.

Uma das principais questões relacionadas à realização do leilão - e apontada como justificativa para a ausência de ofertas para as duas áreas na licitação de 2019 - é a compensação que a Petrobras terá direito de receber dos novos sócios, uma vez que todo o investimento inicial nas áreas foi feito unicamente pela companhia.

Recentemente, o MME anunciou a aprovação de acordo entre a estatal e PPSA (Pré-Sal Petróleo SA) que prevê compensações de US\$ 6,45 bilhões à petroleira brasileira no caso de oferta dos excedentes nos campos que serão licitados novamente - dos quais US\$ 3,253 bilhões por Atapu e US\$ 3,2 bilhões por Sépia.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*  
*Data: 22/04/2021*

## **GOVERNO SUSPENDE ALÍQUOTA DE IMPORTAÇÃO DE MILHO E SOJA ATÉ O FIM DO ANO**

Camex já tinha zerado o imposto de importação para o milho, soja e derivados em outubro do ano passado, mas Ministério da Agricultura diz que não foi suficiente para estabilizar os preços no mercado nacional

Por Lorena Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Com os preços dos alimentos em alta no mercado interno e o real fraco aumentando a demanda externa por produtos brasileiros, o governo suspendeu, novamente, a alíquota do imposto de importação de milho, soja, óleo de soja e farelo de soja. A medida valerá até o fim do ano.

A nova isenção foi destacada nas redes sociais pelos filhos do presidente Jair Bolsonaro senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) e vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (Republicanos). No Twitter, Carlos disse que mais de 600 itens tiveram a tarifa de importação zerada ou reduzida desde 2019 e citou itens de saúde, alimento, games e combustíveis.

Na terça-feira, o presidente anunciou, no Twitter, que o governo reduziu as tarifas de importação para instrumentos musicais de corda (de 18% para 5%) e de skates (de 20% para 2%).

Em outubro do ano passado, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) já tinha zerado o imposto de importação para o milho até 31 de março deste ano e, para a soja e derivados, até 15 de janeiro de 2021. De acordo com o Ministério da Agricultura, isso não foi suficiente para estabilizar os preços no mercado nacional.

“A expectativa naquele momento era de que haveria estabilização nas cotações externas e a safra de grãos, em 2021, teria uma produção suficiente, de modo a reequilibrar a relação de preços com as proteínas animais, reduzindo a pressão de custos para as indústrias integradoras. Porém, as cotações internacionais tiveram comportamento de alta, pressionando ainda mais os preços internos”, explicou a Pasta, em nota.

A Agricultura ressaltou ainda que os preços internos continuam em alta mesmo com a safra recorde de 109 milhões de toneladas de milho e 135,5 milhões de toneladas de soja. A pasta atribuiu isso à forte demanda externa e à desvalorização do real frente ao dólar.

Com o fim do tributo, a importação de milho pelo Brasil subiu 123% de janeiro a março deste ano, alcançando US\$ 118 milhões. De acordo com dados do Ministério da Economia, foram importadas 681 mil toneladas de milho de janeiro a março.

Em relação à soja, mesmo o Brasil sendo um dos principais produtores do produto no mundo, houve aumento de 140% na importação no primeiro trimestre, quando foram compradas do exterior US\$ 79,05 milhões, o equivalente a 211,8 mil toneladas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 22/04/2021



## VALOR ECONÔMICO (SP)

### JAPÃO PROMETE CORTAR 46% DAS EMISSÕES DE GASES-ESTUFA ATÉ 2030

Primeiro-ministro do país disse que a meta é “ambiciosa” e “consistente” com o objetivo do Japão de se tornar neutro em carbono até 2050

Por Nikkei Asia — Tóquio

O primeiro-ministro do Japão, Yoshihide Suga, anunciou nesta quinta-feira a nova meta climática do país. Os planos agora são de cortar as emissões de gases-estufa em 46% até 2030, na comparação com os níveis de 2013.

O anúncio foi feito pouco antes do início da Cúpula do Clima, organizada pelos Estados Unidos e que ocorre nesta quinta e sexta-feira. Suga disse que a meta é “ambiciosa” e “consistente” com o objetivo do Japão de se tornar neutro em carbono até 2050.



[https://s2.glbimg.com/9\\_o5Loeu0YnUNcdYverNtMOWgxl=/0x0:1024x683/984x0/smart/filters:strip\\_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH\\_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal\\_photos/bs/2020/4/8/acc787R5qkpzviJ95J6A/ap20246339480517.jpg](https://s2.glbimg.com/9_o5Loeu0YnUNcdYverNtMOWgxl=/0x0:1024x683/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/4/8/acc787R5qkpzviJ95J6A/ap20246339480517.jpg)

— Foto: Koji Sasahara/AP

“Responder às mudanças climáticas será uma força motriz do crescimento econômico do Japão”, afirmou Suga em entrevista coletiva.

A meta inicial no Japão era de reduzir em 26% das emissões de gases-estufa em relação a 2013, quando elas atingiram o nível máximo no país. O governo de Suga está se esforçando para acompanhar o ritmo dos EUA e da Europa em direção à neutralidade de carbono até 2050 e pretende acelerar investimentos em energia renovável.

“Uma meta de cerca de 50% dos níveis de 2013 mantém o Japão na trajetória de zerar as emissões líquidas até 2050”, disse ao “Nikkei” nesta semana o político britânico Alok Sharma, presidente da CoP 26, que será realizada em novembro na cidade de Glasgow.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/04/2021

## HIDROVIAS DO BRASIL DIVULGA PROJEÇÕES PARA 2021

Empresa espera que neste ano o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização fique entre R\$ 800 milhões e R\$ 880 milhões

Por Rita Azevedo, Valor — São Paulo



[https://s2.glbimg.com/JCHXd9H5StqelfYP17Z9hesybmng=/0x0:584x391/984x0/smart/filters:strip\\_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH\\_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal\\_photos/bs/2020/a/l/h0dl7BSj2mdcS2Abr3Dw/hidrovi-as-do-brasil-rep.png](https://s2.glbimg.com/JCHXd9H5StqelfYP17Z9hesybmng=/0x0:584x391/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/a/l/h0dl7BSj2mdcS2Abr3Dw/hidrovi-as-do-brasil-rep.png)

— Foto: Reprodução

A Hidrovias do Brasil espera que neste ano o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) fique entre R\$ 800 milhões e R\$ 880 milhões — o que representa um aumento de até 38% considerando o resultado de 2020. Para 2025, a expectativa é que a taxa anual de crescimento do Ebitda seja

de 17,4%.

A companhia também divulgou projeções para investimentos, que devem ficar entre R\$ 900 milhões e R\$ 1,1 bilhão neste ano, acima dos R\$ 302,6 milhões alocados em 2020. No período de 2021 a 2025, a expectativa é que os investimentos somem entre R\$ 2,55 bilhões e R\$ 3 bilhões.

Em relação ao volume transportado, a Hidrovias do Brasil espera que ele passe de 13,1 milhões de toneladas em 2020 para o intervalo de 15,8 milhões a 16,9 milhões de toneladas neste ano.

A empresa tem hoje, às 13h, um encontro com analistas e investidores.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/04/2021

## CARGILL E GRUPO LOVE'S UNEM-SE PARA PRODUZIR DIESEL RENOVÁVEL NOS EUA

Empresas anunciaram nesta terça-feira a criação de joint venture e construção de fábrica no Estado do Nebraska

*Por Naiara Albuquerque, Valor — São Paulo*

A americana Cargill, uma das maiores empresa de agronegócios do mundo, anunciou nesta terça-feira a criação de uma joint venture com o grupo Love's para a produção de diesel renovável nos Estados Unidos. As companhias vão construir uma nova unidade de produção em Hastings, no Estado do Nebraska, que fabricará cerca de 80 milhões de galões por ano do combustível. A unidade deverá começar a operar em 2023.

Em comunicado, a Cargill informou que a joint venture será chamada de "Heartwell Renewables". Enquanto a gigante de agronegócios ficou responsável pela produção do biocombustível, a Musket, braço de logística da Love's, transportará e comercializará o produto nos EUA.

"Na parceria com a Love's, ambas as empresas podem alavancar sua experiência e recursos exclusivos para atender à crescente demanda por biocombustíveis, ao mesmo tempo em que geram impacto nas comunidades onde operam", disse, em nota, John Niemann, líder do segmento de ingredientes proteicos da Cargill na América do Norte.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 22/04/2021*

## PROJETO QUE CRIA A 'BR DO MAR' DEVE PERDER URGÊNCIA NO SENADO

Objetivo do projeto é ampliar a navegação entre portos nacionais e reduzir a dependência do transporte rodoviário no país. Texto é considerado prioritário pela equipe econômica

*Por Renan Truffi, Valor — Brasília*

A pedido do governo federal, o projeto de lei que cria a BR do Mar não deverá mais tramitar em regime de urgência no Senado Federal. O motivo é que neste regime a matéria passaria a trancar a pauta deliberativa a partir desta sexta-feira. O relator da proposta, senador Nelsinho Trad (PSD-MS), no entanto, ainda precisa de ao menos "duas semanas" para negociar os termos do parecer final.

A informação foi confirmada pelo líder da Minoria na Casa, senador Jean Paul Prates (PT-RN), após a reunião de líderes desta quinta, onde o assunto foi discutido. O objetivo do projeto é ampliar a navegação entre portos nacionais e reduzir a dependência do transporte rodoviário no país.

Os senadores chegaram a discutir sua votação no mês passado, mas, na ocasião, a proposta enfrentou resistência dos senadores Davi Alcolumbre (DEM-AP), Marcos Rogério (DEM-RO) e também da bancada do PT. A oposição defende, por exemplo, que a matéria tramite pelas comissões permanentes, em vez de ser levada diretamente para o plenário da Casa.

O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados no fim do ano passado e é considerado prioritário pela equipe econômica. A proposta pretende dar mais competitividade ao setor de cabotagem e estimular a migração do transporte rodoviário para o marítimo. Na prática, a matéria busca flexibilizar as regras para a navegação entre portos e ampliar a frota de embarcações no país, estimulando a concorrência no setor através das mudanças nas regras de aluguel de embarcações estrangeiras.

Com a aprovação da proposta, o governo espera que a capacidade da frota marítima dedicada a esse tipo de navegação seja ampliada em 40% nos próximos três anos, excluindo as embarcações dedicadas ao transporte de petróleo e derivados. Além disso, o governo também avalia que, com o projeto, seja possível aumentar em 65% o volume de contêineres transportados por ano até 2022 e obter crescimento estimado da cabotagem em 30% ao ano.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 22/04/2021*

### ANP APROVA EDITAL E O MODELO DO CONTRATO DA 17ª RODADA

A 17ª rodada de licitações de blocos de exploração e produção de óleo e gás está prevista para ocorrer em 7 de outubro de 2021

*Por Gabriela Ruddy, Valor — Rio*

A diretoria da Agência Nacional do Petróleo (ANP) aprovou o edital e o modelo do contrato da 17ª rodada de licitações de blocos de exploração e produção de óleo e gás, prevista para ocorrer em 7 de outubro de 2021.

Os documentos serão encaminhados para apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU). A previsão é que a publicação da versão final do edital e do modelo do contrato de concessão ocorra até julho.

A rodada contará com a oferta de 92 blocos localizados nas bacias de Campos, Pelotas, Potiguar e Santos. O leilão foi suspenso temporariamente em abril de 2020 devido à pandemia de covid-19.

Esse será o primeiro leilão que vai incluir blocos que podem conter jazidas localizadas além das 200 milhas náuticas, na extensão da plataforma continental brasileira.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 22/04/2021*

### PRODUÇÃO MINERAL DO BRASIL SOBE 15% NO 1º TRI E MINERADORAS FATURAM 95% A MAIS

Desempenho foi puxado pela recuperação da demanda chinesa, diz Ibram

*Por Ana Paula Machado, Valor — São Paulo*



[https://s2.glbimg.com/TjDLOduuMZwqC0k4SvXaK6-3Oal=/0x0:1920x1440/984x0/smart/filters:strip\\_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH\\_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal\\_photos/bs/2021/5/E/TzhL3uTvOktBHnjVaAiQ/mining-856023-1920.jpg](https://s2.glbimg.com/TjDLOduuMZwqC0k4SvXaK6-3Oal=/0x0:1920x1440/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/5/E/TzhL3uTvOktBHnjVaAiQ/mining-856023-1920.jpg)

— Foto: Pixabay

A produção mineral do Brasil cresceu 15% no primeiro trimestre de 2021, chegando a 227 milhões de toneladas. Com isso, as mineradoras faturaram R\$ 70 bilhões de janeiro a março, uma alta de 95% em relação ao mesmo período de 2020. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira pelo Instituto Brasileiro de Mineração

(Ibram).

Segundo o presidente do conselho do Ibram, Wilson Brumer, o que puxou esse crescimento tanto na produção quanto no faturamento do setor no Brasil foi a recuperação da demanda chinesa. No ano passado, de acordo com Brumer, a China foi o país mais impactado com a crise sanitária, mas também foi o que conseguiu sair dessa situação mais rapidamente.

“A China é o maior consumidor mineral do mundo e neste primeiro trimestre viu o seu PIB crescer 18%. Isso puxou a produção e os preços das principais commodities metálicas”, disse Brumer.

A demanda chinesa forte contribuiu para a alta dos preços no período. O minério de ferro, de acordo com o Ibram, saiu de um preço médio no primeiro trimestre de 2020 de US\$ 89 a tonelada para uma cotação média de US\$ 166 a tonelada. Já o cobre, que era cotado em cerca de US\$ 5 mil a tonelada, chegou a US\$ 8,45 mil a tonelada o seu preço médio.

“Fora isso, tivemos no Brasil a desvalorização do real. O país é um grande exportador, e no primeiro trimestre o dólar médio foi de R\$ 5,47 ante valor médio de R\$ 4,46 em igual período do ano passado.

O grande consumo da China, o aumento de preços e a desvalorização do real impulsionaram esse crescimento no faturamento.”

Com esse desempenho, a compensação financeira pela exploração de recursos minerais (Cefem) chegou a R\$ 2,1 bilhões, um aumento de 102,9% no comparativo com o mesmo período do ano passado. A expectativa é que, neste ano, a arrecadação fique entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões. Em 2020, o setor arrecadou R\$ 6 bilhões.

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 22/04/2021



### JORNAL DIA DIA - SP

## MEIO AMBIENTE FOI TEMA DE REUNIÃO ENTRE EMPRESÁRIOS E MINISTROS SALLES E TEREZA CRISTINA

Por RAY SANTOS



<https://jornaldiadia.com.br/wp-content/uploads/2021/04/40dc8ecf333d48adcb6b252847c28711.jpg>

Paulo Skaf, presidente da Fiesp – Foto Ayrton Vignola

Ministro do Meio Ambiente e ministra da Agricultura participaram de videoconferência com membros do Conselho Diálogo pelo Brasil, que reúne os maiores grupos privados e é coordenado pelo presidente da Fiesp, Paulo Skaf

Representantes dos 50 maiores grupos privados brasileiros que compõem o Conselho Diálogo pelo Brasil estiveram reunidos virtualmente na manhã da quarta-feira (21/4) com o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e com a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina. O encontro foi conduzido pelo presidente da Fiesp/Ciesp, Paulo Skaf, e teve a participação também do embaixador Leonardo Athayde, diretor do departamento de Meio Ambiente do Itamaraty.

A videoconferência foi um desdobramento da reunião realizada na terça-feira (20/4), em que o presidente Jair Bolsonaro e 10 ministros conversaram com o mesmo grupo empresarial. Em sua fala, Skaf ressaltou a importância do painel de hoje, que teve o objetivo de aprofundar a questão ambiental por meio da troca de informações entre governo e os setores produtivos. “Foi uma reunião muito boa, em que todos puderam dar sua contribuição, sempre visando o interesse maior do Brasil”, afirmou.

A reunião transcorreu em um clima amistoso e a expectativa dos empresários é positiva em relação ao pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro, amanhã (22/4) na Cúpula de Líderes sobre o Clima, convocada pelo presidente dos EUA, Joe Biden.

Na reunião virtual, o ministro Salles rememorou o histórico de atuação da pasta, desde a conferência do clima realizada em 2019, em Madri, no primeiro ano do governo Bolsonaro. O ministro frisou a necessidade de regulamentar o mercado de créditos de carbono, no qual o Brasil tem grande interesse.

Os empresários concordaram que esta regulamentação é fundamental e destacaram também que é importante haver ações de curto prazo que mostrem o comprometimento do Brasil com o combate ao desmatamento ilegal.

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp

Assessoria de Jornalismo Institucional

Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Ciesp  
Assessoria de Imprensa  
*Fonte: Jornal Dia Dia - SP*  
*Data: 22/04/2021*



## AGÊNCIA BRASIL - DF

### ANVISA AUTORIZA USO EMERGENCIAL DE COQUETEL CONTRA A COVID-19

Não será permitida a venda em farmácias

*Por Luciano Nascimento - Repórter da Agência Brasil – Brasília*

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou hoje (20), em Brasília, a liberação para uso emergencial de dois medicamentos experimentais da farmacêutica suíça Roche contra a covid-19, desenvolvidos em parceria com a empresa de biotecnologia americana Regeneron.

Os remédios, contendo casirivimabe e imdevimabe (REGN-COV-2), atuam em ligação com a coroa do vírus de forma a impedir sua entrada nas células ainda não infectadas para replicar o material genético, controlando a doença.

A medicação é indicada especialmente para pacientes que estão em idade avançada, obesos, que tenham doença cardiovascular, hipertensão, doença pulmonar crônica, aids, diabetes, doenças respiratórias, doença renal crônica e doença hepática, entre outras comorbidades e que apresentam alto risco de desenvolver progressão para um quadro grave da covid-19.

Segundo a Anvisa, o medicamento será de uso restrito a hospitais, para uso ambulatorial, ou seja, para pacientes que apresentam sintomas leves da doença, sendo administrado somente com prescrição médica. O medicamento não é recomendado para uso precoce ou preventivo. Também não será permitida a sua comercialização ou venda em farmácias.

O coquetel foi liberado para ser administrado em pacientes a partir de 12 anos, que pesem mais de 40 kg, que não necessitem de suplementação de oxigênio e não apresentem o quadro grave da doença. A aplicação é intravenosa e deve ser administrada logo após a confirmação, por meio de teste viral, até dez dias após o início dos sintomas.

Segundo o gerente-geral de Medicamentos e Produtos Biológicos da Anvisa, Gustavo Silva Santos, o coquetel usa dois anticorpos monoclonais que trabalham para neutralizar o vírus, fornecendo “anticorpos extras” para os pacientes.

“A ideia desse produto é que nesses pacientes se mimetize o que seria a resposta imune natural dos anticorpos produzidos em células e que essa produção extra-humana de anticorpos ajude a promover a ação imunológica”, disse.

“[Mas] esse produto não é recomendado para quem já está na situação grave da doença. Para aqueles que já estão internados se observa uma piora no desfecho clínico quando administrado em pacientes hospitalizados com covid-19 que necessitam de suplementação de oxigênio de alto fluxo ou ventilação mecânica”, acrescentou.

**Redução de 70,4% na hospitalização**

Santos apresentou dados das pesquisas dos medicamentos e disse que os resultados preliminares em pacientes ambulatoriais, desde o diagnóstico da doença até 29 dias após início do tratamento, mostraram uma redução de 70,4% na hospitalização ou morte relacionadas com a covid-19.

“O que a gente percebeu foi uma redução significativa e clinicamente relevante de 70,4% no número de pacientes hospitalizados ou morte por quaisquer causas quando comparado com o placebo”, disse. “Ele foi muito bem tolerado, tem um perfil de segurança aceitável.

O pedido para o uso dos medicamentos foi feito pela Roche em 1º de abril. A diretora da Anvisa e relatora do processo de liberação do medicamento, Meiruze Sousa Freitas, lembrou que ele já foi aprovado para uso emergencial pela Food and Drug Administration (FDA), agência reguladora dos Estados Unidos, após apresentar bons resultados em pacientes com sintomas leves e moderados da covid-19.

A Anvisa aprovou um prazo de validade de 12 meses para os medicamentos, por se tratar de uso emergencial. A relatora lembrou que a agência também já liberou, em março, o uso do antiviral Remdesivir, produzido pela biofarmacêutica Gilead Sciences, para o tratamento da covid-19, e que a nova autorização vai ajudar a aliviar o sistema de saúde do país.

“A autorização emergencial desses anticorpos monoclonais oferece aos profissionais de saúde mais uma ferramenta no combate a essa pandemia”, disse.

Meiruze lembrou que a autorização é de uso emergencial, por se tratar de um medicamento ainda em desenvolvimento, e que o processo de aprovação do registro definitivo ainda precisa de mais pesquisas e investigação clínica.

Ela alertou ainda que não há pesquisas tratando da aplicação de vacinas contra a covid-19 em pacientes que foram submetidos ao novo medicamento e que a recomendação é de que o paciente deve aguardar um período de 90 dias após a administração do medicamento para tomar a vacina.

“Atualmente não há dados sobre a segurança e eficácia das vacinas autorizadas pela Anvisa em pessoas que receberam esses anticorpos monoclonais como parte do tratamento da covid-19. Portanto, antes de se vacinar o paciente deve ser avaliado pelo médico”, finalizou.

Edição: Kleber Sampaio

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 22/04/2021

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### INTERDIÇÃO DE TERMINAL DA VALE FOI ‘ARBITRÁRIA E IRRESPONSÁVEL’, AVALIA INEA

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 22 Abril 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200825-vale-terminal-da-ilha-guaiba-tig.jpg>

Arquivo/Divulgação

Instituto estadual ambiental do Rio de Janeiro desinterditou Terminal da Ilha da Guaíba. Órgão informou que licença ambiental da instalação é válida e encontra-se em processo de renovação.

O Instituto Estadual do Ambiente (Inea) desinterditou o

Terminal da Ilha da Guaíba (TIG), que havia sido paralisado pela prefeitura de Mangaratiba (RJ), na manhã desta quinta-feira (22), por suposto descumprimento de legislação ambiental. O órgão considerou que a interdição do terminal da Vale pela secretaria municipal de meio ambiente ocorreu de forma irregular, já que a empresa tem licença ambiental válida e em fase de renovação. O Inea ressaltou que o pedido de renovação da licença de operação foi apresentado pela empresa dentro dos prazos legais, o que assegura a validade da autorização.

“O órgão ambiental estadual considerou arbitrária e irresponsável a decisão da secretaria de meio ambiente de Mangaratiba, uma vez que, conforme preconiza a legislação ambiental, o Inea é o órgão competente para licenciar e fiscalizar a operação do Terminal da Vale”, salientou em nota. O Inea acrescentou que a interdição aplicada pelo ente municipal não apresenta respaldo em iminência ou flagrante degradação ambiental, somente em suposta inexistência de licença válida, o que também não encontraria fundamento com o processo administrativo conduzido pelo instituto. De acordo com o órgão, em nenhuma das vistorias realizadas pelo Inea foi constatado cenário de dano ambiental que ensejasse medidas extremas de interdição sancionatórias ou de natureza cautelar. A última vistoria, segundo o Inea, ocorreu em setembro de 2020.

O instituto frisou que a Lei Complementar 140/2011 define a cooperação entre os governos federal, estadual e municipal. De acordo com esta lei, os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo, em conformidade com as atribuições estabelecidas. No caso do TIG, o Inea entende ser o órgão competente para licenciar, fiscalizar e acompanhar a operação da empresa. A lei complementar também prevê que, constatada uma infração, o instituto também é o órgão ambiental com atribuição para instaurar processo administrativo de apuração da infração constatada.

“A LC 140/2011 foi criada de forma a delimitar competências e evitar que a atividade de empreendimentos sejam alvo de diferentes fiscalizações, e tenham que responder a diversos órgãos ambientais ao mesmo tempo”, informou o Inea. Essa lei prevê a competência dos demais entes no caso de iminência ou ocorrência de flagrante degradação ambiental, caso em que o município poderia agir cautelarmente para evitá-la, fazê-la cessar ou mitigar seus efeitos, comunicando o fato ao Inea — o que não ocorreu neste episódio. “O processo administrativo realizado pelo município de Mangaratiba demonstra que não se tratou de interdição cautelar”, avaliou o Inea.

O Inea destacou ainda que exerce sua competência originária de órgão de controle ambiental promovendo o acompanhamento contínuo e vistorias programadas, visando ao acompanhamento do desempenho ambiental da atividade. O Inea afirmou que a competência para o licenciamento e o monitoramento do cumprimento das licenças dos terminais é do órgão ambiental estadual, segundo o que estabelece a legislação ambiental em vigor. “Muito embora a competência para fiscalização seja comum entre os órgãos ambientais, prevalecem os atos administrativos fiscalizatórios do órgão ambiental competente para o licenciamento que, neste caso, é o Inea”, informou o Inea em nota.

Para o órgão, a eventual aplicação de multas e imposição de medidas cautelares de interdição pelos demais entes licenciadores, apesar de previstas em lei, devem ser feitas pelo órgão licenciador que, neste caso, seria o Inea. “Embora os demais entes federativos estejam autorizados a atuar de forma supletiva quando for necessário, a apuração de infrações e aplicação de penalidades pelos demais entes somente prosseguirá se o órgão ambiental originariamente competente não se manifestar”, salientou o Inea.

### **Porto Sudeste**

Procurado pela reportagem, o órgão informou que o Porto Sudeste, multado pela prefeitura de Itaguaí (RJ) na última terça-feira (20), possui licença ambiental de operação válida até 2024. O Inea entende que, a princípio, as multas aplicadas aos terminais na Costa Verde fluminense são válidas, tendo em vista a competência dos municípios para aplicar multas administrativas ambientais. No entanto, o órgão ambiental estadual reforçou que a LC 140/2011 estabelece que compete ao órgão originariamente competente (Inea) abrir processo administrativo para apurar infração e lavrar auto de infração.

“Ou seja, prevalece o entendimento do Inea, levando em consideração que todo o licenciamento ambiental das atividades é atribuição do órgão ambiental estadual”, explicou em nota. O Inea informou ainda que os autuados podem recorrer até a última instância administrativa e, caso entendam possível e necessário, podem judicializar o caso. Nesse cenário, poderão recorrer, inclusive, em instâncias superiores.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/04/2021

### TERMINAL ILHA DA GUAÍBA É INTERDITADO E MULTADO EM MANGARATIBA (RJ)

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 22 Abril 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210422-interdicao-tig-vale-mangaratiba.jpg>

Divulgação Prefeitura de Mangaratiba (RJ)

Prefeitura multou unidade da Vale em R\$ 1 milhão por descumprimento de legislação ambiental. Mineradora afirma que licenças estão válidas e que entrará com recurso para retomar atividades.

A prefeitura de Mangaratiba (RJ) interditou, nesta quinta-feira (22), o Terminal da Ilha da Guaíba (TIG), operado pela Vale. A ação da secretaria municipal de meio ambiente multou a empresa em mais de R\$ 1 milhão por descumprimento da legislação ambiental. De acordo com a secretaria, essa foi a terceira interdição do terminal em menos de dois anos. A pasta alegou que o terminal vem operando sem licença de operação há quase 10 anos, já que a última licença obtida pela empresa foi a LO emitida em 2010, com validade até 28 de dezembro de 2011. A mineradora afirmou que as licenças estão válidas e que entrará com recurso para retomar as atividades.

A prefeitura alega que a Vale utiliza uma carta do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) de 31 de janeiro de 2019 como respaldo para operar. “Não pode uma carta produzir mais efeitos que a licença, sob pena de abrir perigosíssimo precedente para a empresa Vale para daqui a mais uma década continuar se valendo de uma simples carta declaratória. Isso é um meio de burlar a legislação ambiental que a obriga a ter licença e não carta”, afirmou o prefeito da cidade, Alan Costa.

O terminal havia sido interditado em janeiro de 2019, quase uma semana após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG). Em março do mesmo ano, a empresa precisou recorrer a uma decisão liminar autorizando o restabelecimento das atividades. Na avaliação da secretaria de meio ambiente, a empresa não se adequou às normas ambientais nesses mais de anos.

O secretário de meio ambiente de Mangaratiba, Antônio Marcos Barreto, disse que a Vale já responde a seis processos administrativos junto à prefeitura local. “Desde 2019, a Vale vem sendo autuada. No total, o valor das multas já chega perto de R\$ 100 milhões. Alguns deles estão com a exigibilidade suspensa em razão da ação judicial”, apontou Barreto.

De acordo com a secretaria, a interdição é provisória e a empresa terá que apresentar documentação para retomar suas operações. A pasta pede que sejam apresentados: a carta Inea emitida há menos de 15 dias dizendo que a LO está válida e produzindo seus efeitos e a certidão ambiental atestando o cumprimento das condicionantes da LO com emissão não superior a dias.

Procurada pela Portos e Navios, negou estar operando sem licença e avisou que entrará com recursos para retomar as atividades interditadas pela prefeitura na manhã de hoje. “A Vale esclarece que as licenças para a operação do Terminal da Ilha Guaíba estão válidas. A empresa vai adotar todas as medidas cabíveis para garantir o pronto restabelecimento das atividades”, informou em nota. O TIG movimentava em torno de 40 milhões toneladas de minério de ferro para exportação por ano. A carga chega de trem e são levados de navio ao porto para exportação.

### Fiscalização intensa

A ação da prefeitura de Mangaratiba foi a terceira em menos de uma semana em terminais portuários que operam na região da Costa Verde fluminense, que se destaca pela movimentação de minérios. Na última sexta-feira (16), a secretaria municipal do ambiente e sustentabilidade (Semas) de Itaguaí (RJ) interditou as operações dos terminais de contêineres (Sepetiba Tecon) e de carvão (Tecar), operados pela CSN, por descumprimento de normas ambientais e às condicionantes de operação. A desinterdição foi autorizada pelo Inea no mesmo dia.

Na terça-feira (20), a prefeitura de Itaguaí multou o Porto Sudeste em R\$ 2,93 milhões por descumprimento de normas ambientais. A ação da secretaria municipal de meio ambiente apontou mais de 30 irregularidades, desde o descumprimento de normas ambientais. A administração do terminal ressaltou que segue a legislação ambiental e considerou penalidade arbitrária, sem conhecimento do órgão estadual licenciador de suas atividades.

(em atualização)

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/04/2021

### CDRJ REGISTRA CRESCIMENTO DE 37,1% NO PRIMEIRO TRIMESTRE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 21 Abril 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210113-porto-de-itaquai.jpg>

A Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), autoridade portuária responsável pela administração dos Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis, faturou no primeiro trimestre de 2021 o total de R\$ 223,9 milhões. O resultado representa crescimento de 37,1% em comparação ao mesmo período de 2020.

O resultado, corrigido pelo IPCA, representa o maior faturamento trimestral dos últimos cinco trimestres.

Essa marca foi alcançada devido a uma conjugação de fatores. Dentre elas, a maior movimentação trimestral registrada nos últimos cinco anos com 14,454 milhões de toneladas e a maior movimentação mensal desde dezembro de 2018 registrada em março de 2021 com 5,761 milhões de toneladas.

A dispersão do bom desempenho observado na movimentação de cargas também contribuiu positivamente, já que as cinco principais cargas — que detêm 92,8% de participação no total movimentado nos portos administrados pela CDRJ — apresentaram variação positiva no primeiro trimestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2020.

O desempenho operacional, observado no primeiro trimestre, foi positivamente impactado pela sustentação da valorização do minério de ferro em reais, resultado da conjugação da alta do valor da commodity nos mercados internacionais e da contínua apreciação do dólar em relação ao real.

Apesar da crise mundial provocada pela pandemia da Covid-19, os portos administrados pela CDRJ continuam em rota de crescimento. No Porto do Rio de Janeiro, a carga containerizada foi a principal carga movimentada no período, registrando uma alta de 5,4% em relação ao mesmo período de 2020. O aumento contribuiu para o crescimento de R\$ 1,4 milhão do faturamento do Porto do Rio, comparado ao primeiro trimestre do ano de 2020.

O Porto de Itaguaí se destacou com o faturamento de R\$ 123,2 milhões. Em comparação ao primeiro trimestre de 2020, houve um incremento de R\$ 60,7 milhões no faturamento. Esse aumento é explicado pelo crescimento de 48,8% na movimentação de cargas, que teve a alta puxada, principalmente, pela movimentação de minério de ferro.

Em relação ao mesmo período de 2020, a movimentação do minério de ferro ficou superior em 56,5% e contribuiu com o acréscimo de R\$ 57,7 milhões no faturamento da companhia.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 22/04/2021*

## MAERSK DRILLING OBTÉM CONTRATO DE INTERVENÇÃO DE QUATRO POÇOS NO BRASIL

*Da Redação OFFSHORE 21 Abril 2021*

A Maersk Drilling obteve um contrato com a Karoon Energy Ltd para realizar a intervenção em quatro poços no campo de Baúna. A operação será feita pela plataforma semissubmersível "Mærsk Developer".



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210421-plataforma-maersk-drilling.jpg>

O início do contrato está previsto para o primeiro semestre de 2022, com duração firme de 110 dias. O valor do contrato firme é de aproximadamente US\$ 34 milhões, incluindo modificações na plataforma e uma taxa de mobilização. O contrato contém opções para adicionar até 150 dias de perfuração nos campos de Patola e Neon.

A "Mærsk Developer" é uma plataforma semissubmersível dinamicamente posicionada estabilizada por coluna DSS-21, capaz de operar em profundidades de água de até 10 mil pés. Foi entregue em 2009 e atualmente está operando no litoral do Suriname.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 22/04/2021*

## SHELL TESTA CÉLULA DE COMBUSTÍVEL DE HIDROGÊNIO EM RO-RO EM CINGAPURA

*Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 21 Abril 2021*

A Shell vai colaborar em um estudo de viabilidade para testar o uso de células a combustível de hidrogênio em navios. A iniciativa da Shell será realizada em Cingapura.

A Shell está trabalhando com a Sembcorp Marine, que projetará a célula de combustível e reformará uma embarcação ro-ro, de propriedade da da Penguin International.

O teste irá desenvolver e instalar uma célula de combustível de unidade de energia auxiliar Proton Exchange Membrane (PEM). A equipe fará primeiro um estudo de viabilidade com a intenção de instalar a célula a combustível no próximo ano. A embarcação operará por um período experimental de 12 meses.

Em um relatório de descarbonização publicado em setembro de 2020, a Shell no qual aborda o potencial de diferentes combustíveis no futuro, indicando que o hidrogênio e as células de combustível são as tecnologias de emissão zero com maior potencial.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 22/04/2021*



### **EUA SE UNEM AO ESFORÇO GLOBAL PARA DESCARBONIZAR A INDÚSTRIA DE NAVEGAÇÃO**

*Da Redação NAVEGAÇÃO 21 Abril 2021*

Os Estados Unidos se juntarão à Organização Marítima Internacional (IMO) no esforço para atingir emissões líquidas zero até 2050 na indústria de navegação global. O anúncio foi feito nest terça-feira (20), antes do início de uma cúpula de líderes que o presidente Joe Biden sedia esta semana.

O setor emite um bilhão de toneladas métricas de dióxido de carbono a cada ano, de acordo com a Ocean Conservancy, a par com as emissões anuais da Alemanha.

Os Estados Unidos, junto com a Arábia Saudita, foram um dos dois países a emitir uma “reserva” formal sobre a estratégia inicial de gases de efeito estufa da IMO.

Autoridades da União Europeia e britânicas enviaram uma carta a Biden em março instando os Estados Unidos a abordar as emissões do transporte marítimo em seu próximo plano climático sob o acordo de Paris de 2015.

Os Estados Unidos devem anunciar sua nova meta, conhecida como Contribuição Determinada Nacionalmente, nesta quarta-feira (21), antes da cúpula.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 22/04/2021*



### **MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA**

#### **MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS**

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping ([www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)).

*Fonte : InforMS*

*Data : 20/04/2006*